

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019 e
relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16
Balancos patrimoniais	21
Demonstrações de resultados	22
Demonstrações de resultados abrangentes	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	25
Demonstrações do valor adicionado	26
Notas explicativas às demonstrações financeiras	27

**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
2019**

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

VITTIA
GRUPO

AOS ACIONISTAS

Relatório da administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Grupo Vittia apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2019.

Adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

Desde 1º de janeiro de 2019, o Grupo aplicou a CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Leases, que diz respeito aos princípios de contabilização de arrendamentos, e substituiu a IAS 17 - Leases e suas interpretações. A Vittia optou pela abordagem e escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos, sendo aplicados todos contratos firmados ou alterados antes ou após 1º de janeiro 2019. Mais informações relacionadas à adoção dessa norma estão incluídas na Nota Explicativa 7 (a) das Demonstrações Financeiras.

Mensagem da administração

O Grupo Vittia, Companhia brasileira de biotecnologia e insumos agrícolas, está presente há 50 anos no país com a missão de permitir aos produtores, ganhos de rentabilidade por área e melhoria para a sociedade de um modo geral, entregando excelência em produtos e serviços para a agricultura. Sempre expandindo sua atuação a favor do agronegócio por meio de pesquisa, tecnologia e desenvolvimento.

O Grupo possui seis unidades industriais, sendo quatro localizadas na região de Ribeirão Preto, interior paulista, uma na região de Campinas e outra em Uberaba, estado de Minas Gerais. Comprometido com os princípios da sustentabilidade, o Grupo visa criar valor por meio da inovação e ampliação de negócios estratégicos no mercado.

Durante o exercício, obtivemos resultados relevantes, que somados às conquistas e estratégias dos anos anteriores, reafirmam nossos objetivos de sermos um Grupo consolidado e eficiente em soluções agrícolas e industriais, com foco nas nossas principais linhas de produtos:

- Fertilizantes Foliares;
- Micros de Solo;
- Defensivos Biológicos;
- Inoculantes;
- Condicionadores de Solo e Organominerais; e
- Produtos Industriais e Outros.

Finalizamos o exercício com uma receita operacional líquida de R\$ 431,9 milhões. Estamos satisfeitos com os resultados alcançados em 2019, bem como o aumento das nossas margens brutas de 34,3% em 2018 para 35,9% para 2019. Nosso EBITDA ajustado se manteve em linha frente à 2018, representando 18,0% em relação à receita líquida. Nosso lucro líquido do exercício somou R\$ 58,1 milhões, com crescimento de 32%, frente ao exercício de 2018.

Colhemos bons frutos com foco em crescimento operacional, aumento de produtividade e crescimento nas linhas de maior rentabilidade, que como consequência nos proporcionou o aumento de nossas margens e resultados.

Nosso agradecimento a todos aqueles que contribuem para o alcance dos objetivos do Grupo, incluindo nossos clientes, profissionais, colaboradores, parceiros, fornecedores, órgãos reguladores e aos acionistas.

Nossos negócios

O Grupo atua em quatro divisões de produtos, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões possuem uma administração centralizada, sendo compostas pelo mesmo centro administrativo, incluindo Diretoria, Conselhos, sistema operacional, tecnologia, entre outros.

Destaques operacionais

- Em 06 de agosto de 2020 o Grupo celebrou contrato de compra de 75% da participação societária da Vitoria Fertilizantes S/A. A aquisição é parte da estratégia de crescimento do Grupo, que deve duplicar a sua participação no fornecimento destes insumos e se consolidar como referência na tecnologia;
- Investimentos em ativo imobilizado na ordem de R\$ 28,6 milhões, representando um aumento de 86% em relação ao ano anterior;
- Aumento no contas a receber na ordem de R\$ 12,9 milhões, representando 6% em relação ao ano anterior;
- Aumento da margem bruta de 5 p.p. em relação ao ano anterior;
- Melhora no índice de liquidez corrente, aumentando sua capacidade de pagamentos em 9%, em relação ao ano anterior;
- Redução no custo de produção na ordem de 7%, em relação ao ano anterior;

- Lucro líquido de R\$ 58,1 milhões, representando um aumento de 32% em relação ao ano anterior, com aumento da margem líquida na ordem de 38%.

Desempenho financeiro

A administração do Grupo apresenta abaixo os resultados da Companhia e suas controladas referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, reportando aumento de seu resultado quando comparado ao mesmo exercício, em razão de crescimento do seu lucro líquido.

Os resultados são apresentados de forma consolidada.

ROE (Return on Equity)

O Grupo apresentou um ROE de 27% em 31 de dezembro de 2019 contra 26% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, tendo um crescimento de 3%, conforme demonstramos:

Em milhares de R\$, exceto %	2019	2018	Varição 2019 x 2018
Patrimônio líquido	218.004	170.372	28%
Lucro líquido do exercício	58.114	44.152	32%
ROE (i)	27%	26%	3%

(i) ROE: O ROE (Return on Equity) é o lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido médio da Companhia e suas controladas (calculado pela média entre o Patrimônio Líquido do exercício com o Patrimônio Líquido do exercício imediatamente anterior); é uma medição não contábil segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e aceitas pelo IFRS.

Margem bruta

Neste exercício nossas margens brutas aumentaram em 5% e a receita operacional líquida reduziu em 4%, porém nosso contas a receber, que passou de R\$ 205,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 218,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumentou em 6%. Abaixo estão nossos principais indicadores, que julgamos importante divulgar e que corroboram as variações em relação aos exercícios comparativos.

Em milhares de R\$, exceto %	2019	2018	Varição 2019 x 2018
Receita operacional líquida	431.954	452.289	-4%
Lucro bruto	154.976	155.020	0%
Margem bruta	35,9%	34,3%	5%
(+) Encargos financeiros	13.740	14.131	-3%
Lucro bruto ajustado (i)	168.717	169.151	0%
Margem bruta ajustada	39,1%	37,4%	4%

(i) O Lucro bruto ajustado é uma medida não contábil utilizada pela Companhia, que é calculado através do Lucro bruto da Companhia adicionado dos custos financeiros dos empréstimos e financiamentos à produção. Adicionalmente, a Margem Bruta ajustada é calculada pela divisão entre o Lucro bruto ajustado e a Receita operacional líquida.

EBITDA

Conseguimos manter nossas margens EBITIDA em linha quando comparamos com o ano anterior. Em 2019 alcançamos R\$ 82.546 milhões em 31 de dezembro 2019 do EBITIDA ajustado. A margem EBITDA ajustada passou a ser 19,1%, representando aumento de 3 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em milhares de R\$, exceto %	2019	2018	Varição 2019 x 2018
Lucro líquido do exercício	58.114	44.152	32%
(+) Imposto de renda e contribuição social	2.554	18.279	-86%
(+) Resultado financeiro, líquido	5.809	6.113	-5%
(+) Depreciação e amortização	6.906	3.501	97%
EBITDA (i)	73.383	72.045	2%
Margem EBITDA (i)	17,0%	15,9%	7%
(+) Ajustes a valor presente - AVP	8.342	9.330	-11%
(+) Efeitos do IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(4.154)	-	100%
EBITDA ajustado (ii)	77.570	81.375	-5%
Margem EBITDA ajustado (ii)	18,0%	18,0%	0%
Receita operacional líquida	431.954	452.289	-4%

(i): O EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation) ou LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

(ii) O EBITDA ajustado é uma medição não contábil segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e aceitas pelo IFRS. O EBITDA ajustado é calculado através do EBITDA adicionado dos valores do ajuste a valor presente do contas a receber e da depreciação e juros sobre o direito de uso (IFRS 16 / CPC 06 (R2)). Adicionalmente, a Margem EBITDA ajustada é calculada pela divisão entre o EBITDA ajustado e a receita líquida. A margem EBITDA ajustado é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

Investimentos

Os investimentos em CAPEX atingiram R\$ 28,6 em 2019, representando um aumento de 86% em relação ao ano anterior, e em linha com o plano estratégico da Companhia em aumentar a produção. O aumento se deve, principalmente na aquisição de investimentos em ativo imobilizado, tais como terrenos, maquinas e equipamentos e imobilizados em andamento.

Receita líquida

As receitas do Grupo correspondem substancialmente as linhas de produtos, reportados como segmentos operacionais, tais como:

- Fertilizantes foliares e Produtos Industriais;
- Micros de Solo;
- Condicionadores de Solo e Organominerais; e
- Produtos Biológicos

No exercício a receita teve queda de 4% em relação ao ano anterior. Esta redução pode ser explicada, principalmente, por um volume de vendas menor.

O principal fator para a queda foi a redução das vendas do segmento Linha Industrial e Produtos Distribuídos em 2019. Essa redução foi uma decisão estratégica da Companhia de focar as vendas nos outros segmentos, uma vez que possuem margens de contribuição melhores. A redução da receita bruta oriunda desse segmento de negócio foi de R\$30,3 milhões.

Além da redução das vendas do segmento Linha Industrial e Produtos Distribuídos, a performance abaixo do esperado também foi em função de um mercado de insumos agrícolas desfavorável para o ano fiscal de 2019. Podemos citar 3 principais fatores:

- 1- Veranico no início do ano (janeiro e fevereiro) que impactou a safra de soja e o investimento no milho safrinha;
- 2- Cenário desfavorável para a rentabilidade do produtor no início do plantio em função de um cenário inicial de pressão de custos e estabilidade de preços das principais commodities; e
- 3- Atrasos nas chuvas de início de plantio da safra verão (setembro e outubro).

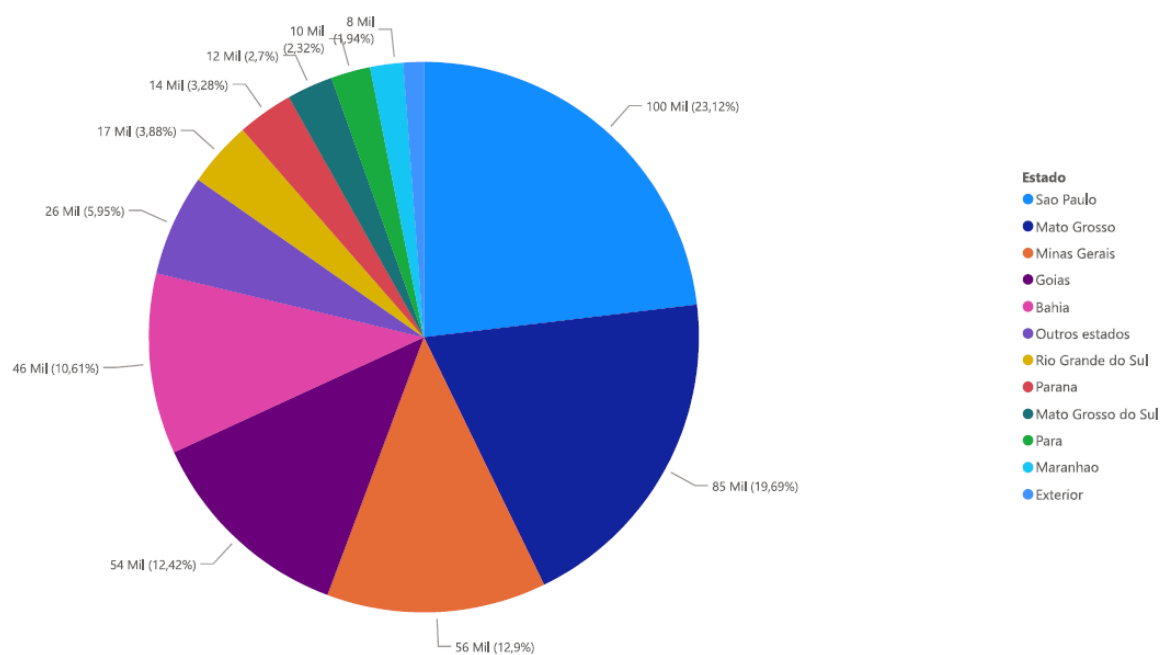
Em milhares de R\$, exceto %	2019	2018	Varição 2019 x 2018
Receita líquida	431.954	452.289	-4%
Custo	276.978	297.269	-7%
Custo em relação a receita líquida	64,1%	65,7%	-2%
Despesas operacionais	88.500	86.476	2%
EBITDA	77.570	81.375	-5%
Margem EBITDA	18,0%	18,0%	0%
Lucro líquido	58.114	44.152	32%
Margem líquida	13,5%	9,8%	38%

a. **Receitas por distribuição geográfica – Brasil e Exterior**

Conforme demonstração gráfica, nossa receita está distribuída em nossa linha de produtos e sendo comercializadas com presença relevante em 11 estados e no exterior, conforme demonstramos abaixo:

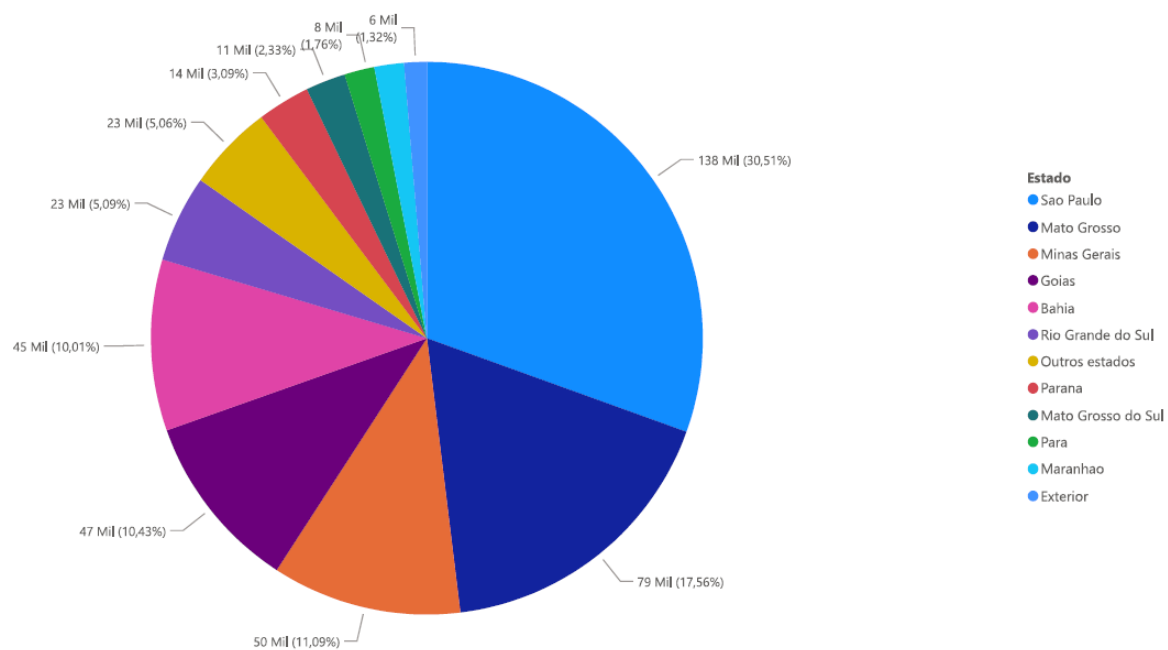
Em 31 de dezembro de 2019

Receita líquida por estado



Em 31 de dezembro de 2018

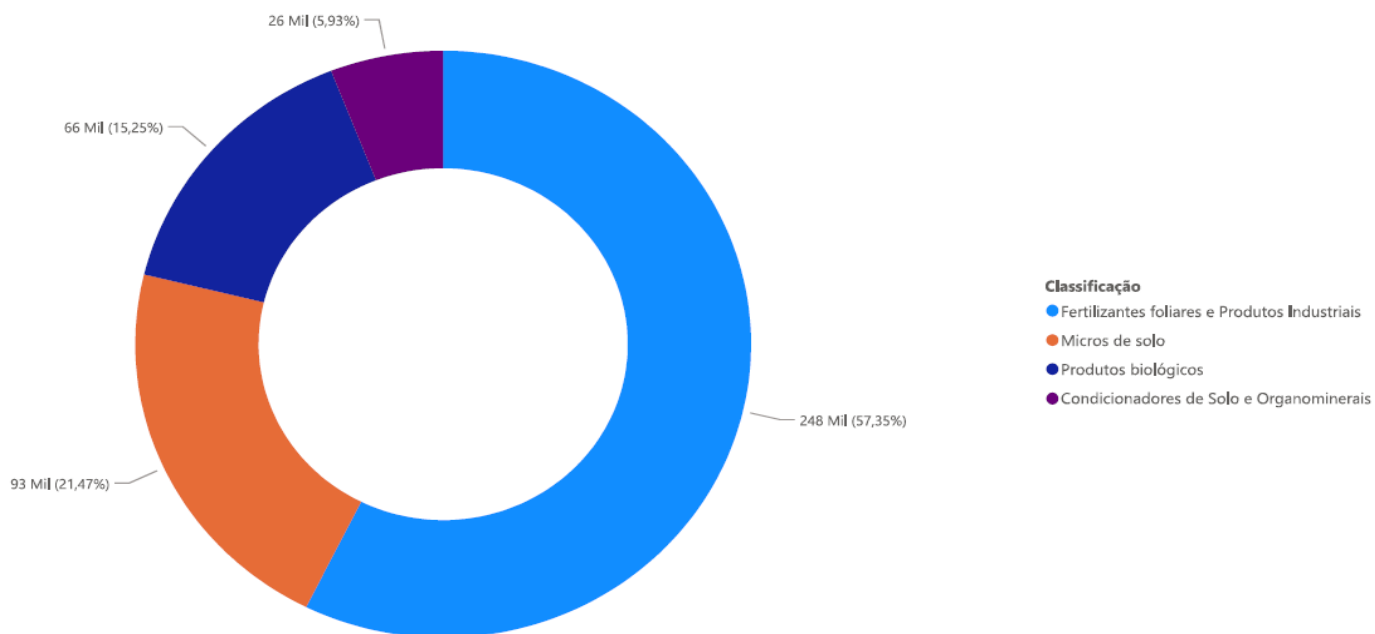
Receita líquida por estado



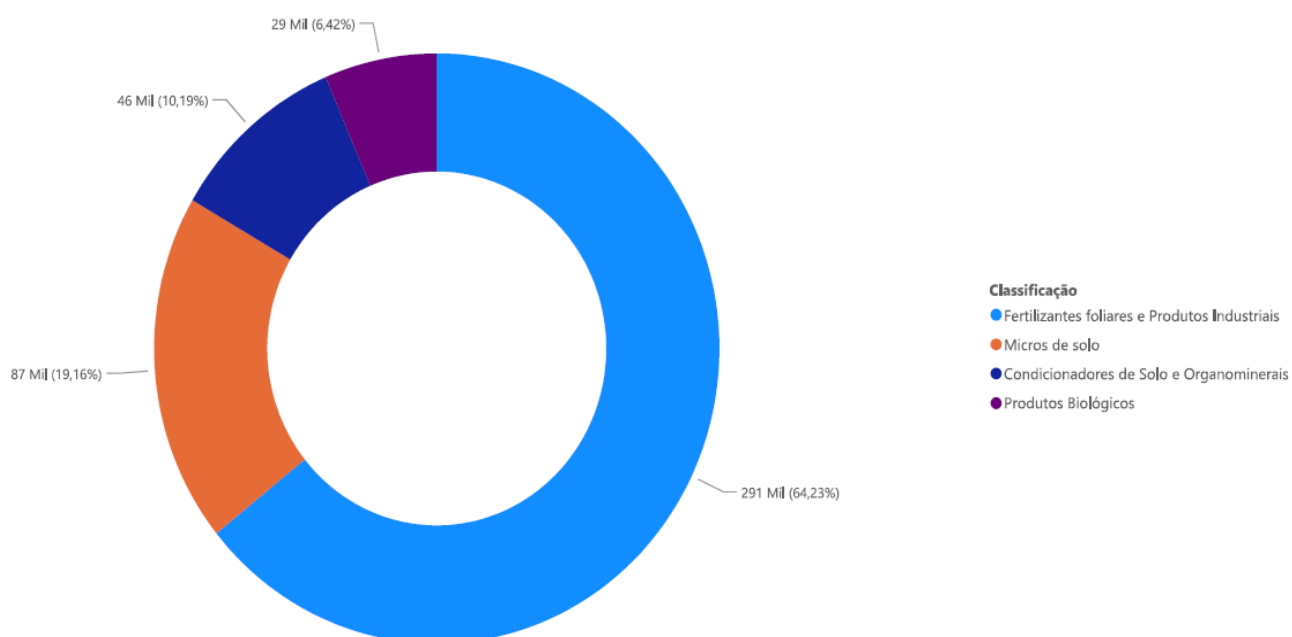
b. Receita líquida por segmento

Conforme demonstração gráfica, nossa receita está distribuída e classificada em 4 linhas de produtos, conforme demostramos abaixo:

Em 31 de dezembro de 2019

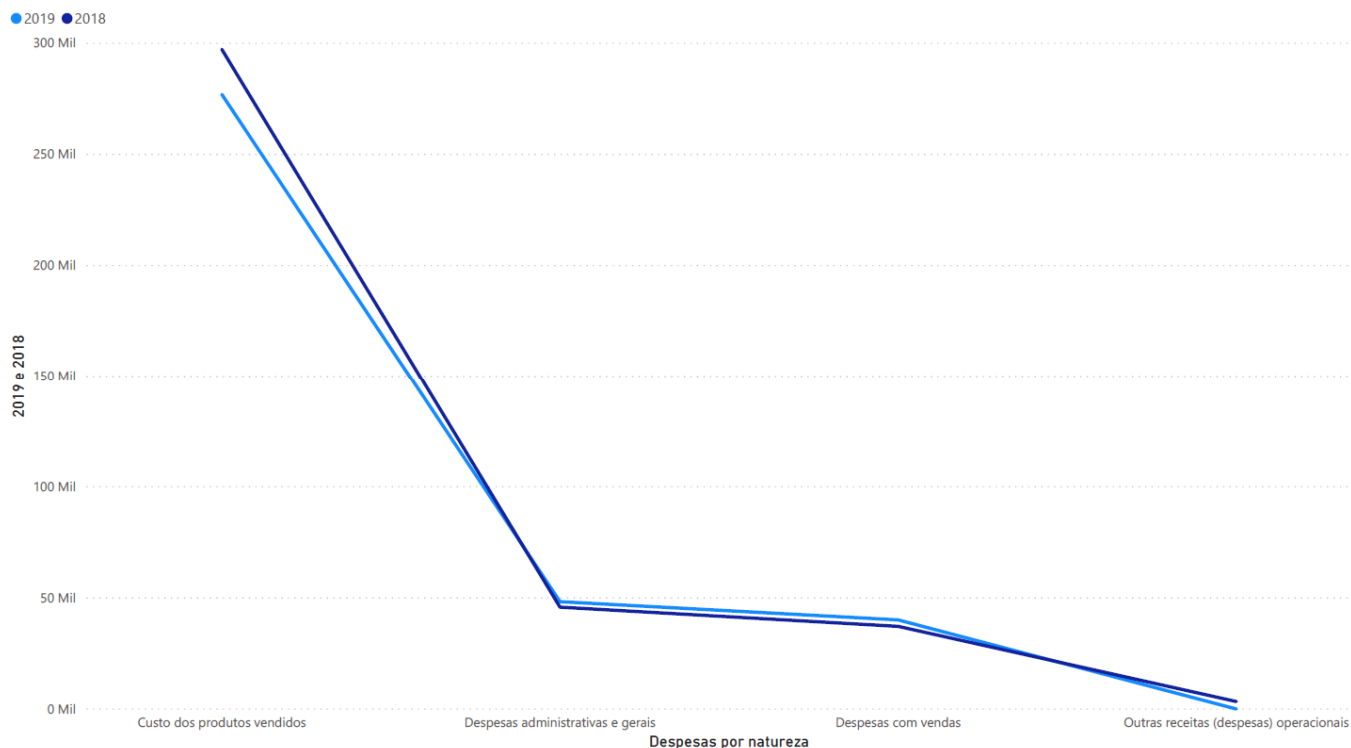


Em 31 de dezembro de 2018



Custos e despesas operacionais

a): Despesas por natureza



b): Análise dos custos e despesas em relação a receita operacional

Em milhares de R\$, exceto %	2019	2018	Varição 2019 x 2018
Receita operacional líquida	431.954	452.289	-4%
Custo das vendas	276.978	297.269	-7%
% da receita líquida	64,1%	65,7%	-2%
Despesas com vendas	40.126	37.215	8%
% da receita líquida	9,3%	8,2%	13%
Outras despesas operacionais	48.374	49.261	-2%
% da receita líquida	11,2%	10,9%	3%

Durante o exercício de 2019, o Grupo reduziu em 2 p.p a relação do custo das vendas sobre a receita líquida em virtude do foco nas linhas de maior rentabilidade e otimização dos gastos gerais de fabricação. Em relação às despesas com vendas tivemos um acréscimo de 13 p.p. em relação ao ano anterior, fato justificado pelo aumento da provisão para perdas de crédito esperadas na ordem de R\$ 5,5 milhões. Sem tal valor a linha apresentaria diminuição de 6 p.p. em relação à receita líquida. Nossas despesas

operacionais somaram volume 2% inferior em relação ao exercício comparativo, fato positivo pois tais valores representam gastos fixos sem relação direta com o volume da receita líquida.

Endividamento líquido

O Grupo possui acesso à linhas de crédito diferenciadas de instituições financeiras e órgãos de fomento. O Grupo aumentou em 13% a dívida bruta com crescimento de 1% da dívida líquida. A eficiência na gestão da tesouraria é evidenciada pelo aumento de 9 p.p do índice de liquidez corrente em relação ano anterior. Isso demonstra a capacidade do Grupo em controlar seu endividamento não comprometendo sua capacidade de pagamentos dentro do passivo circulante.

Em milhares de R\$, exceto %	2019	2018	Varição 2019 x 2018
Empréstimos e Financiamentos			
Circulante	117.294	98.309	19%
Não circulante	53.546	52.645	2%
Endividamento bruto	170.840	150.954	13%
Dividendos a pagar	9.933	11.213	-11%
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	37.234	18.415	102%
Dívida líquida	143.540	143.752	0%
EBITDA da operação	82.546	83.997	-2%
Dívida líquida/EBITDA da operação	1,74	1,71	2%

Em milhares de R\$, exceto %	2019	2018	Varição 2019 x 2018
Empréstimos e financiamentos (circulante)	117.294	98.309	19%
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	53.546	52.645	2%
Dívida bruta	170.840	150.954	13%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(37.234)	(18.415)	102%
Dívida líquida (i)	133.606	132.539	1%

(i) Dívida líquida: A Dívida líquida equivale à dívida bruta (soma de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante), deduzidos de Caixa e equivalentes (circulante).

Em milhares de R\$, exceto %	2019	2018	Varição 2019 x 2018
Ativo circulante	339.394	317.286	7%
Passivo circulante	179.381	183.235	-2%
Índice de liquidez positivo em R\$	160.014	134.051	19%
Índice de liquidez corrente (ii)	1,89	1,73	9%

(ii) Índice de liquidez corrente: Ativo circulante dividido pelo Passivo circulante (AC / PC)

Demonstrações de valor adicionado – DVA

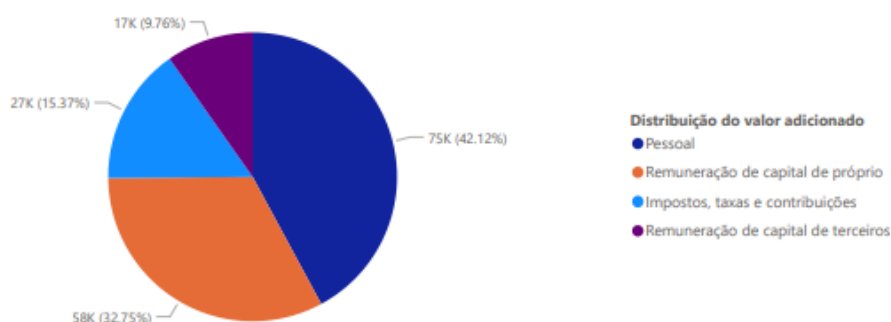
Em R\$ milhões	2019	2018	Varição 2019 x 2018
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	476.003	485.402	-2%
Insumos adquiridos de terceiros	(302.542)	(326.903)	-7%
Valor adicionado bruto	173.461	158.499	9%

Depreciação e amortização	(7.728)	(4.323)	79%
Valor adicionado produzido pela Companhia	165.733	154.176	7%
Receitas financeiras e outras	11.713	11.302	4%
Valor total a distribuir	177.445	165.478	7%

Distribuição do valor adicionado

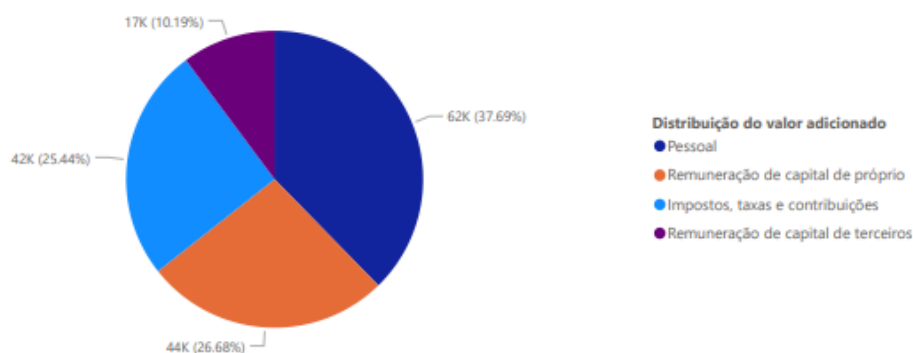
Pessoal	74.744	62.365	20%
Impostos, taxas e contribuições	27.272	42.100	-35%
Remuneração de capital de terceiros	17.315	16.861	3%
Remuneração de capital de próprio	58.114	44.152	32%

Distribuição do valor adicionado 2019



177K
2019

Distribuição do valor adicionado 2018



165K
2018

Considerando as atividades operacionais, a Companhia produziu o valor adicionado de R\$ 177,4 milhões distribuídos no decorrer do exercício 2019, o que representa taxa de agregação de valor de 37% sobre a receita bruta. Isso indica que, de cada R\$ 1,00 recebido pelo Grupo em função de suas atividades de 2019, R\$ 0,37 foi distribuído na sociedade, entre os funcionários (na forma de salários, benefícios e FGTS), às instâncias municipal, estadual e federal do governo (na forma de impostos, taxas e contribuições), terceiros (na forma de juros) e os acionistas (na forma de dividendos e lucros retidos no Grupo) e a diferença foi utilizada no desenvolvimento das atividades operacionais do Grupo.

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2019, considerando os empregados das nossas empresas, contávamos com 706 funcionários (678 em dezembro de 2018). Todos os nossos empregados, inclusive os trabalhadores temporários são contratados diretamente pela Companhia em regime CLT. A Companhia mantém relacionamentos harmoniosos com Sindicatos de Trabalhadores que representam seus empregados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente têm, de uma forma geral, duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável e das condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não-sindicalizados.

Oferecemos aos nossos empregados, incluindo nossos executivos, pacote de benefícios que incluem assistência médica, hospitalar, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, previdência privada, dentre outros, aplicáveis aos seus diferentes públicos internos. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios. A Companhia vem estruturando bases para um sólido plano de carreira e sucessão na Companhia, além da continuidade dos programas de avaliação de desempenho, baseado no modelo de meritocracia.

Governança Corporativa

A Companhia pauta seu relacionamento com os seus *stakeholders* sob os princípios da transparência, equidade, qualidade da prestação de contas e responsabilidade corporativa. Para garantir a transparência da gestão e dos negócios a Companhia conta com uma política de divulgação de informações, de forma a garantir que os dados para o mercado sejam apresentados de forma ampla, transparente e homogênea e consistente. A Companhia mantém procedimentos robustos de controles internos, tendo se adequadado de forma objetiva às necessidades pautadas pelos seus princípios de Governança Corporativa. Em linha com as melhores práticas de governança, a Companhia possui comitês para apoiar o monitoramento e as deliberações do seu Conselho de Administração, tais como: Comitê Financeiro e Comitê de Sustentabilidade.

Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia segue a Lei das S.A. para fins de distribuição de dividendos e tem previsto em seu estatuto social o pagamento a título de dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ao final do exercício social em 31 de dezembro, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Os montantes distribuídos e pagos de dividendos e juros sobre o capital próprios estão explícitos nas demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e

nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com a opinião expressa no relatório dos auditores da KPMG Auditores Independentes, emitido em 16 de novembro de 2020 relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, informamos que os auditores independentes da KPMG Auditores Independentes não prestaram durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; b) não exercer funções gerenciais; e c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
São Joaquim da Barra – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras

Em 15 de abril de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir uma base de preparação de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da CVM descrita na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes – Controladora e Consolidado

Ver notas explicativas nº 9.k, 11 e 32 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua posição de contas a receber com o objetivo de mensurar o montante de provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. A determinação dos níveis adequados da provisão para perdas de crédito esperadas exige que a Companhia e suas controladas exerçam julgamentos significativos relacionados às incertezas no ambiente macroeconômico, aos fatores climáticos, características das garantias e ao histórico do risco de ocorrência de inadimplência para operações originadas pela venda de produtos, que impactam a estimativa das perdas de crédito esperadas.</p> <p>Em função do elevado volume de transações de venda de produtos, do montante de contas a receber em aberto, juntamente com os requerimentos da CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros e ao impacto que eventuais alterações nos julgamentos realizados na estimativa das perdas de crédito esperadas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho dos controles internos chaves para a apuração da provisão para perdas de crédito esperadas e o entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber.</p> <p>Realizamos testes de integridade da base de dados utilizada para mensuração e registro da provisão para perdas de crédito esperadas por meio do exame documental para uma amostra selecionada. Analisamos, em base amostral, as premissas do modelo utilizado para mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, incluindo a avaliação do ambiente macroeconômico, fatores climáticos, características das garantias e a análise da capacidade financeira de pagamento dos clientes. Adicionalmente, realizamos testes na base histórica usada para determinar os percentuais históricos de perda que foram considerados no cálculo da provisão. Além disso, fizemos o recálculo matemático dos</p>

equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

índices de inadimplência e o confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados. Adicionalmente, avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis a provisão para perdas de crédito esperadas e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 16 de novembro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6


Fernando Rogerio Liani

Contador CRC 1SP229193/O-2

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	36.163	17.286	37.234	18.415	Fornecedores	20	20.985	33.002	17.794	31.610
Instrumentos financeiros derivativos	32	3.165	2.792	3.165	2.845	Empréstimos e financiamentos	21	105.971	89.981	117.294	98.309
Contas a receber de clientes	11	188.346	191.843	218.520	205.542	Instrumentos financeiros derivativos	32	1.660	1.868	1.724	3.056
Estoques	12	60.218	80.136	61.747	81.002	Salários e encargos sociais	22	9.218	9.248	9.823	9.780
Impostos a recuperar	13	9.335	4.077	9.448	4.107	Impostos e contribuições a recolher	23	777	2.141	1.060	2.353
Ativo fiscal corrente		3.658	1.196	3.660	1.195	Passivo fiscal corrente		-	3.772	844	4.164
Adiantamentos a fornecedores		4.268	2.633	4.276	2.728	Adiantamentos de clientes	26	4.090	6.379	4.118	6.426
Outros créditos	14	1.456	1.267	1.344	1.451	Dividendos a distribuir e juros sobre capital próprio	24	9.933	11.041	9.933	11.213
Total do ativo circulante		306.609	301.230	339.394	317.285	Passivo de arrendamento	25	2.860	-	3.112	-
Impostos a recuperar	13	443	7.550	492	7.595	Outras contas a pagar	20	12.745	15.480	13.679	16.324
Ativo fiscal diferido	15	4.760	4.654	4.760	4.654	Total do passivo circulante		168.239	172.912	179.381	183.235
Outros créditos	14	2.581	1.498	2.581	1.498	Não circulante					
Total do realizável a longo prazo		7.784	13.702	7.833	13.747	Empréstimos e financiamentos	21	53.546	52.645	53.546	52.645
Investimentos	16	33.289	19.318	20	20	Impostos e contribuições a recolher	23	940	1.190	940	1.190
Imobilizado	17	87.707	63.830	93.975	68.878	Provisões para contingências	27	2.351	2.483	2.351	2.483
Direito de uso	18	7.680	-	8.523	-	Passivo de arrendamento	25	4.873	-	5.470	-
Intangível	19	300	240	9.947	9.995	Total do passivo não circulante		61.710	56.318	62.307	56.318
Total do ativo não circulante		128.976	83.388	112.465	78.893	Patrimônio líquido	28				
		136.760	97.090	120.298	92.640	Capital Social		137.252	134.216	137.252	134.216
						Ajustes de avaliação patrimonial		1.797	1.797	1.797	1.797
						Reserva de lucros		44.943	31.512	44.943	31.512
						Reserva legal		3.159	1.565	3.159	1.565
						Reserva de subvenção		26.269	-	26.269	-
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		213.420	169.090	213.420	169.090
						Participação de acionistas não controladores		-	-	4.584	1.282
						Total do patrimônio líquido		213.420	169.090	218.004	170.372
						Total do passivo		229.949	229.230	241.688	239.553
Total do ativo		443.369	398.320	459.692	409.925	Total do passivo e patrimônio líquido		443.369	398.320	459.692	409.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Receita operacional líquida	29	401.404	359.938	431.954	452.289
Custo das vendas	30	(275.261)	(244.338)	(276.978)	(297.269)
Lucro bruto		126.142	115.600	154.976	155.020
Despesas com vendas	30	(32.308)	(34.513)	(34.606)	(37.905)
Provisão para perdas de crédito esperadas	30	(5.281)	591	(5.520)	690
Despesas administrativas e gerais	30	(42.667)	(38.298)	(48.326)	(45.858)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	304	(1.060)	(47)	(3.403)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		46.191	42.321	66.476	68.544
Receitas financeiras		10.133	9.691	10.988	10.748
Despesas financeiras		(18.609)	(25.341)	(19.555)	(27.213)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		2.911	10.123	2.759	10.352
Financeiras líquidas	31	(5.565)	(5.527)	(5.809)	(6.113)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	16	14.828	3.979	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		55.454	40.773	60.668	62.431
Imposto de renda e contribuição social	15	(785)	(9.412)	(2.659)	(17.495)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	106	(364)	106	(784)
Resultado do exercício		54.775	30.996	58.114	44.152
Atribuível aos acionistas controladores		54.775	30.996	54.775	43.157
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	3.339	995
Resultado do exercício		54.775	30.996	58.114	44.152
Resultado por ação					
Resultado do exercício básico e diluído por ação	28 f			0,47	0,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado do exercício	54.775	30.996	58.114	44.152
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>54.775</u>	<u>30.996</u>	<u>58.114</u>	<u>44.152</u>
Atribuível aos acionistas controladores			54.775	43.157
Atribuível aos acionistas não controladores			<u>3.339</u>	<u>995</u>
Resultado abrangente total			<u>58.114</u>	<u>44.152</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de subvenção	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Nota									
Saldo em 1º de janeiro de 2018	92.454	-	40.682	3.592	-	-	136.728	475	137.203
Distribuição de dividendos	22 c	-	(13.406)	-	-	-	(13.406)	(187)	(13.594)
Efeito da reorganização societária	3	41.762	1.797	(29.509)	(3.592)	-	10.458	-	10.458
Resultado do exercício		-	-	-	-	43.157	43.157	995	44.152
<i>Destinações do lucro:</i>									
Reserva legal	22 b	-	-	1.565	-	(1.565)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	22 d	-	-	-	-	(7.847)	(7.847)	-	(7.847)
Reserva de lucros	22 b	-	33.746	-	-	(33.746)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	134.216	1.797	31.512	1.565	-	-	169.090	1.283	170.372
Aumento de capital		3.036	-	-	-	-	3.036	-	3.036
Distribuição de dividendos	22 c	-	(3.653)	-	-	-	(3.653)	(38)	(3.691)
Resultado do exercício		-	-	-	-	54.775	54.775	3.339	58.114
<i>Destinações do lucro:</i>									
Reserva legal	22 b	-	-	1.594	-	(1.594)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	22 d	-	-	-	-	(9.828)	(9.828)	-	(9.828)
Reserva de lucros	22 b	-	17.084	-	-	(17.084)	-	-	-
Reserva de subvenção	22 e	-	-	-	26.269	(26.269)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	137.252	1.797	44.943	3.159	26.269	-	213.420	4.584	218.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		54.775	30.996	58.114	44.152
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	30	7.144	3.622	6.906	3.501
Custo residual de ativo imobilizado vendido/baixado		203	272	245	272
Impostos correntes	15	785	9.412	2.659	17.495
Impostos diferidos	15	(106)	364	(106)	784
Resultado de equivalência patrimonial	16	(14.828)	(3.979)	-	-
Perda com distribuição desproporcional de lucros	16	151	749	151	3.837
Provisão para bônus	22	2.318	3.116	2.318	3.116
Provisão para comissões		(763)	166	(706)	875
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos		18.450	25.310	19.198	27.138
Juros sobre passivo de arrendamento	25	787	-	870	-
Variação de ajuste a valor presente		(225)	330	(45)	694
Provisão para perdas de crédito esperadas	30	5.281	(591)	5.520	(690)
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	31	(2.911)	(10.123)	(2.759)	(10.352)
Provisão para contingências		(132)	869	(132)	869
Outros		(228)	-	(228)	-
Aumento em contas a receber de clientes		(3.778)	(25.528)	(21.217)	(44.916)
(Aumento) / redução em estoques		19.918	(22.226)	19.255	(24.788)
(Aumento) / redução em impostos a recuperar		1.848	(2.597)	1.763	(3.078)
Redução / (aumento) em adiantamentos a fornecedores		(1.635)	4.145	(1.548)	4.581
(Aumento) / redução em outros recebíveis		(1.272)	(121)	(995)	578
Aumento em fornecedores		(12.017)	3.100	(13.816)	1.408
(Redução) / Aumento em salários e encargos sociais		(29)	542	43	(2.721)
(Redução) / Aumento em impostos e contribuições a recolher		(1.614)	(229)	(1.543)	280
Redução em adiantamentos de clientes		(2.288)	(1.740)	(2.309)	(1.890)
(Redução) / Aumento em outras contas a pagar		(1.955)	(1.349)	(2.079)	(2.363)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		67.880	14.510	69.561	18.783
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.998)	(8.292)	(7.392)	(11.091)
Juros pagos de passivo de arrendamento	25	(787)	-	(870)	-
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	21	(16.622)	(22.419)	(16.018)	(24.623)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		44.473	(16.201)	45.281	(16.931)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Caixa recebido em reorganização societária	3	-	5.142	-	-
Recebimentos pela venda de ativo imobilizado		372	-	396	1.025
Aumento de investimentos	16	(116)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	17	(27.737)	(12.841)	(28.543)	(15.366)
Aumento de intangível		(60)	(40)	(60)	(40)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(27.540)	(7.739)	(28.206)	(14.381)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento do capital social		3.036	-	3.036	-
Empréstimos e financiamentos tomados	21	120.039	121.244	131.583	135.097
Pagamento de aquisições de participações		(930)	(203)	(930)	(203)
Pagamento de passivo de arrendamento	25	(2.965)	-	(3.225)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	21	(104.978)	(93.555)	(114.878)	(104.224)
Instrumentos financeiros realizados		2.330	9.167	1.106	10.530
Dividendos pagos	21	(14.588)	(10.318)	(14.949)	(10.764)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		1.944	26.336	1.743	30.436
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		18.877	2.395	18.818	(876)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		17.286	14.890	18.415	19.291
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	10	36.163	17.286	37.234	18.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas		438.962	384.825	476.003	485.402
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	29	441.154	393.665	478.825	495.422
Ajuste a valor presente - AVP	29	(7.473)	(8.249)	(8.342)	(9.330)
(Provisão) /estorno para perdas de crédito esperada		5.281	(591)	5.520	(690)
Insumos adquiridos de terceiros		(296.418)	(268.465)	(303.364)	(327.724)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(231.521)	(210.523)	(230.406)	(253.672)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(64.897)	(57.942)	(72.958)	(74.052)
Valor adicionado bruto		142.544	116.360	172.639	157.678
Depreciação e amortização		(7.144)	(3.622)	(6.906)	(3.501)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		135.400	112.737	165.733	154.177
Valor adicionado recebido em transferência		25.075	13.731	11.194	11.301
Receitas financeiras	31	10.133	9.691	10.988	10.748
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	16	14.828	3.979	-	-
Outras		113	60	206	553
Valor adicionado total a distribuir		160.474	126.468	176.927	165.478
Distribuição do valor adicionado		(160.474)	(126.468)	(176.927)	(165.478)
Pessoal		(67.605)	(52.301)	(74.744)	(62.365)
Remuneração direta		(45.651)	(37.090)	(50.104)	(44.456)
Benefícios		(19.804)	(13.559)	(22.331)	(15.938)
F.G.T.S.		(2.150)	(1.652)	(2.309)	(1.971)
Impostos, taxas e contribuições		(22.396)	(27.952)	(27.272)	(42.100)
Federais - PIS / COFINS		(21.717)	(18.176)	(24.718)	(23.821)
Federais - Imposto de renda e contribuição social		(679)	(9.777)	(2.554)	(18.279)
Remuneração de capitais de terceiros		(15.699)	(15.218)	(16.796)	(16.861)
Juros e despesas bancárias	31	(15.699)	(15.218)	(16.796)	(16.861)
Remuneração de capital próprio		(54.775)	(30.996)	(58.114)	(44.152)
Lucro líquido do exercício		(54.775)	(30.996)	(58.114)	(44.152)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. (“Companhia”), constituída atualmente como uma sociedade anônima de capital fechado é sediada na cidade de São Joaquim da Barra, estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (“Grupo”). O Grupo tem como atividades principais: (i) fabricação de composto e fertilizantes; (ii) produção de defensivos biológicos; (iii) produção de outros produtos químicos.

Em 30 de novembro de 2018, conforme instrumento particular de transformação de sociedade limitada em sociedade anônima, a Companhia teve sua denominação social alterada para Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Atualmente, o Grupo Vittia possui seis unidades industriais, sendo quatro localizadas na região de Ribeirão Preto, interior paulista, uma na região de Campinas, e outra em Uberaba, Estado de Minas Gerais, facilitando a distribuição dos seus produtos em todas os estados da federação e para o mercado internacional.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o SARS-CoV-2 (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e poderiam gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

As operações da Companhia não sofreram um impacto relevante em razão do momento do mercado agrícola favorável, das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas rapidamente, bem como pelo plano de ação implementado para garantir o supply chain e operação das unidades industriais. As atividades ligadas à produção e comercialização de insumos agrícolas para nutrição e defesa vegetal são considerados negócios essenciais nos locais onde operamos, e até o momento não estiveram sujeitas a restrições de operação. A natureza do nosso negócio torna pouco prováveis medidas restritivas à operação, uma vez que estas teriam potencial de causar disrupções nas cadeias de suprimentos de alimentos e insumos básicos. Não obstante, acreditamos que a extensão dos impactos da pandemia nos nossos resultados para os próximos trimestres dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

Do ponto de vista gerencial adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. As atividades administrativas estão ocorrendo em regime parcial de home-office desde março de 2020 e adotamos medidas de isolamento, reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios.

2 Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 9 (a).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. e as seguintes controladas diretas:

	Participação acionária		
	Países	2019	2018
BS Transportes Ltda.	Brasil	99,9%	99,9%
Biovalens Ltda.	Brasil	80,0%	80,0%
Vittia Paraguay – SRL	Paraguai	99,9%	0,0%

Operações das controladas

a. *BS Transportes Ltda. (controlada)*

Companhia constituída em 2009, e sediada na cidade de São Joaquim da Barra - SP, e tem por objetivo principal a exploração do ramo de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de cargas.

b. *Biovalens Ltda. (controlada)*

Companhia controlada direta, constituída em 2014, e sediada na cidade Uberaba - MG, e tem por objetivo principal a exploração do ramo fabricação de defensivos biológicos.

c. *Vittia Paraguay SRL (controlada)*

Companhia controlada direta, constituída em 2019, sediada no Paraguai, na cidade de Hernandarias, com objetivo principal a exploração do ramo fabricação e distribuição de fertilizantes, inoculantes, defensivos agrícolas, produtos químicos em geral, insumos para alimentação animal, produtos veterinários e grãos em geral.

3 Reorganização Societária

a. Incorporação da Granorte Fertilizantes Ltda. pela Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, como parte da reorganização societária entre sociedades sob controle comum, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação da Granorte Fertilizantes Ltda. (anteriormente controlada pela Vittia Participações S.A. (“vide nota 3.b”)) e Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. (“Companhia”), anteriormente controlada pela Vittia Participações S.A., nos termos do Protocolo e Justificação para Incorporação. Como resultado, a incorporada foi extinta de pleno direito e a incorporadora tornou-se sua sucessora, exercendo as mesmas atividades no logradouro original.

O acervo líquido da Granorte Fertilizantes Ltda. foi avaliado em 31 de dezembro de 2018 com base no valor contábil de 30 de novembro de 2018, no valor de R\$ 31.943, conforme laudo de avaliação emitido por Companhia independente especializada.

	Acervo líquido: Granorte Fertilizantes Ltda.
Caixa e equivalentes de caixa	5.139
Contas a receber	22.615
Impostos a recuperar	1.256
Ativo fiscal corrente	72
Adiantamento a fornecedores	182
Outros créditos	752
Estoques	13.674

	Acervo líquido: Granorte Fertilizantes Ltda.
Ativo fiscal diferido	262
Imobilizado	7.513
Empréstimos e financiamentos	(739)
Fornecedores	(12.326)
Impostos e contribuições a recolher	(36)
Passivo fiscal corrente	(2.278)
Adiantamentos de clientes	(154)
Outras contas a pagar	(1.589)
Salários e encargos sociais	(590)
Adiantamento para aumento de capital	(1.000)
Provisão para contingências	(238)
Acervo Líquido	<u>32.515</u>
Capital Social	<u>31.943</u>
Variação patrimonial do acervo líquido até a data evento	<u>572</u>
Total	<u><u>32.515</u></u>

b. Incorporação da Vittia Participações S.A. pela Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação reversa da Vittia Participações S.A., até então controladora, nos termos do Protocolo e Justificação para Incorporação. Como resultado, a incorporada foi extinta de pleno direito e a incorporadora tornou-se sua sucessora.

Por se tratar de uma incorporação reversa, a operação resultou na troca da participação societária detida pelos acionistas na Vittia Participações S.A. por participação societária direta no capital social da Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A., mantendo-se, para tanto, a mesma proporção por eles detidas no capital social da Vittia Participações S.A.

O acervo líquido da Vittia Participações S.A. foi avaliado em 31 de dezembro de 2018 com base no valor contábil de 30 de novembro de 2018, no valor de R\$ 3.651, conforme laudo de avaliação emitido por Companhia independente especializada. O saldo do investimento na Companhia registrado na controladora foi eliminado no processo de incorporação.

	Vittia Participações S.A.
Caixa e equivalentes de caixa	4
Ativo fiscal corrente	228
Ativo fiscal diferido	666
Investimentos – BS Transportes Ltda. (*)	3.984
Impostos e contribuições a recolher	(4)
Salários e encargos sociais	(4)
Acervo Líquido	<u>4.876</u>
Capital Social	<u>3.651</u>
Ajuste da variação do acervo líquido até a data do evento	<u>1.225</u>
Total	<u><u>4.876</u></u>

(*) Corresponde aos investimentos com a BS Transportes Ltda. que foi vertido para a Vittia Fertilizantes S.A por incorporação reversa da Vittia Participações S.A.

c. Demonstrações Consolidadas Comparativas

Em 31 de dezembro de 2018 como parte da uma reorganização societária entre entidades sob controle comum, a Vittia Participações S.A. adquiriu por meio de incorporação, as quotas das empresas Granorte Fertilizantes Ltda. e BS Transportes Ltda (controlada anteriormente pela Vittia Participações S.A.), e por meio de incorporação reversa, as ações da Vittia Participações S.A., reconhecendo os ativos adquiridos e os passivos assumidos ao valor contábil, sem reconhecimento de ágio ou outro impacto na demonstração do resultado. Como as empresas Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A., Granorte Fertilizantes Ltda. e BS Transportes Ltda. estavam sob controle comum, as demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas como se a reorganização societária tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017 para refletir o lucro (prejuízo) do Grupo, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxo de caixa. Nessa data, os ativos e passivos das empresas Granorte Fertilizantes Ltda. e BS Transportes Ltda e Vittia Participações S.A., já considerando as eliminações de investimentos eram:

Granorte Fertilizantes Ltda.

Ativo	01/01/2017	Passivo	01/01/2017
Caixas e equivalentes de caixa	1.790	Fornecedores	1.824
Contas a receber	6.628	Empréstimos e financiamentos	16.217
Estoques	7.008	Salários e encargos sociais	466
Impostos a recuperar	2.947	Impostos e contribuições a recolher	17
Ativo fiscal corrente	109	Passivo fiscal corrente	19
Adiantamentos a fornecedores	23	Adiantamento de clientes	165
Outros créditos	833	Adiantamento para aumento de capital	5.500
Ativo fiscal diferido	570	Outras contas a pagar	561
Imobilizado	<u>6.198</u>	Provisão para contingências	<u>238</u>
		Capital social	11.146
		Prejuízos acumulados	<u>(10.048)</u>
Total de ativos:	<u>26.105</u>	Total de passivos:	<u>26.105</u>

BS Transportes Ltda

Ativo	01/01/2017	Passivo	01/01/2017
Caixas e equivalentes de caixa	59	Fornecedores	50
Contas a receber	741	Empréstimos e financiamentos	848
Adiantamento a fornecedores	79	Salários e encargos sociais	153
Outros créditos	75	Impostos e contribuições a recolher	62
Imobilizado	<u>559</u>	Passivo fiscal corrente	79
		Outras contas a pagar	<u>39</u>
		Capital Social	2.500
		Prejuízos acumulados	<u>(2.218)</u>
Total de ativos	<u><u>1.513</u></u>	Total:	<u><u>1.513</u></u>

Vittia Participações S.A.

Ativo		Passivo	
Caixas e equivalentes de caixa	62	Salários e encargos sociais	5
Ativo fiscal corrente	230	Impostos e contribuições a recolher	3
		Dividendos a distribuir e Juros sobre capital próprio	<u>7.052</u>
Ativo fiscal diferido	<u>474</u>		
		Patrimônio líquido	<u>(6.296)</u>
Total de ativos	<u><u>765</u></u>	Total:	<u><u>765</u></u>

As demonstrações consolidadas do resultado, outros resultados abrangentes, mutações no patrimônio líquido e fluxos de caixa incluem os resultados das operações da Vittia Fertilizantes e biológicos S.A. incluem os resultados das operações da Granorte Fertilizantes Ltda. e BS Transportes Ltda. para todo exercício de 31 de dezembro de 2017.

	Total de ativos 31.12.2017	Total de patrimônio líquido	Lucro do exercício	Resultado abrangente do exercício
Companhia suas controladas	304.521	121.956	24.289	24.289
Participação de minoritários	-	475	103	103
BS Transportes Ltda	2.650	1.572	1.290	1.290
Vittia Participações	765	(5.296)	(381)	(381)
Granorte Fertilizantes Ltda	<u>32.349</u>	<u>18.496</u>	<u>7.398</u>	<u>7.398</u>
	340.285	137.203	32.699	32.699
(-) Eliminações	<u>(6.552)</u>	-	-	-
Saldos consolidados	<u><u>333.733</u></u>	<u><u>137.203</u></u>	<u><u>32.699</u></u>	<u><u>32.699</u></u>

Reconciliação entre a controladora e o patrimônio líquido consolidado e o lucro líquido

Dado que as demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas como se a reorganização societária tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2017, com a aquisição da Granorte Fertilizantes Ltda e BS Transportes Ltda. está sendo apresentada uma reconciliação entre o patrimônio líquido da controladora e do consolidado findo em 31 de dezembro de 2017:

	Patrimônio líquido de controladora e controladas 31.12.2017	Patrimônio líquido da Vittia Participações em 31.12.2017	Patrimônio líquido da BS Transporte Ltda em 31.12.2017	Patrimônio líquido da Granorte Fertilizantes Ltda em 31.12.2017	Patrimônio líquido consolidado em 31.12.2017
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	121.955	(5.296)	1.572	18.496	136.728
Participação de não controladores	<u>475</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>475</u>
Total do patrimônio líquido	<u><u>122.430</u></u>	<u><u>(5.296)</u></u>	<u><u>1.572</u></u>	<u><u>18.496</u></u>	<u><u>137.203</u></u>

A reconciliação do lucro líquido da Controladora e Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 segue abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido - da controladora e demais controladas	30.966	24.289
Lucro líquido- Vittia Participações S.A.	(3.240)	(381)
Lucro líquido- BS transportes Ltda.	1.412	1.290

Lucro líquido- Granorte Fertilizantes Ltda.	14.019	7.398
Lucro do controlador	43.157	32.596
Lucro líquido atribuível a minoritários	995	103
Lucro líquido consolidado	44.152	32.699

A tabela abaixo mostra a reconciliação das transações ocorridas entre 1 de janeiro de 2017, e 31 de dezembro de 2018, quando o patrimônio líquido da Controladora é igual ao patrimônio líquido Consolidado atribuível à Controladora após a reestruturação societária das Companhias Granorte Fertilizantes Ltda. e BS Transportes Ltda e Vittia Participações S.A.

	Controladora	Vittia Participações	BS Transportes Ltda	Granorte Fertilizantes Ltda	Participação de não controladores	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	110.767	-	282	1.098	-	112.147
Resultado do exercício	24.289	-	1.290	7.398	475	33.452
Aumento de capital	-	-	-	10.000	-	10.000
Dividendos	(13.100)	-	-	-	-	(13.100)
Resultado por baixa referente a incorporação reversa	-	(5.296)	-	-	-	(5.296)
Reservas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	121.956	(5.296)	1.572	18.496	475	137.203
Resultado do exercício	30.996	-	1.412	14.019	995	47.422
Baixa por incorporação reversa	-	-	-	-	-	-
Dividendos	(13.406)	-	-	-	(187)	(13.594)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(7.847)	-	-	-	-	(7.847)
Resultado por baixa referente a incorporação reversa	-	7.188	-	-	-	7.188
Saldo em 31 de dezembro de 2018	131.699	1.892	2.984	32.515	1.283	170.372

4 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de novembro de 2020.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 9.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia e suas controladas no qual o CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa nº 7.

Reemissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente emitidas em 15 de abril de 2020, estão sendo reemitidas, para uma base de

preparação, de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976, as normas da CVM, e incluindo as práticas contábeis IAS 33 / CPC 41 - Lucro por Ação e IFRS 8 / CPC 22 - Informação por Segmento, em função do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11 e 32 – mensuração da perda estimada de crédito do contas a receber: principais principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e

Notas explicativas 7.i, 9.I, 18 e 25 – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 e 32 - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa nº 7.i, 9.I, 18 e 25 - prazo do arrendamento: taxa de desconto para cálculo presente dos contratos de arrendamento registrada na conta de direito de uso e passivo de arrendamento;

Nota explicativa nº 9.h.iii - Vida útil de ativo Imobilizado;

Nota explicativa nº 15 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e

Notas explicativas nº 27 - reconhecimento e mensuração de provisão contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo CPC/IFRS, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração estão descritas abaixo.

a. **CPC 06(R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil**

(i) **Aspectos gerais**

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva.

Com base nessa norma contábil, o impacto mais significativo foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como arrendamentos operacionais, em conexão com arrendamentos de imóveis. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, uma vez que o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) substituiu a despesa de arrendamento operacional linear pelas despesas de amortização dos direitos de uso e juros sobre passivos de arrendamento.

(a) Denição de Arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa nº 9.I.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada a todos contratos firmados ou alterados antes ou após 1º de janeiro 2019.

(b) Como Arrendatário

Como arrendatária, a Companhia arrendava imóveis e classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconhecem ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

– Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou a data inicial de 1º de janeiro de 2019 ao determinar o prazo do arrendamento.

(c) Impacto nas demonstrações financeiras

(i) Impacto na Transição

A Companhia optou por adotar a abordagem retrospectiva modificada, que não requer atualização dos valores correspondentes, não afeta o patrimônio líquido e permite a adoção de expedientes práticos. Portanto, as informações comparativas apresentadas para o ano anterior não foram reapresentadas. Além disso, os seguintes expedientes práticos principais foram usados para a transição para os novos requisitos de contabilização de arrendamento: (a) adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para todos os contratos assinados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos mercantis de acordo com o CPC 06 (IAS 17) e respectivas interpretações; (b) uso de uma única taxa de desconto nominal para todos os acordos semelhantes; (c) não houve reconhecimento de acordos expirando dentro do período de doze meses com início na data de adoção inicial da norma; e (d) foram considerados a experiência anterior na avaliação de opções de prorrogação ou rescisão de prazo, quando aplicável. Conforme previsto na norma, a Companhia também não adotou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para contratos por prazo indeterminado.

A tabela a seguir resume os primeiros impactos da adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)):

Controladora	Saldo anterior 01/01/2019	Ajuste adoção inicial CPC 06/R2 / IFRS 16 Prédios	Saldo após Adoção Inicial 01/01/2019
Ativo			
Circulante			
Demais ativos	301.230	-	301.230
Total do ativo circulante	301.230		301.230
Não circulante			
Direito de uso	-	10.698	10.698
Demais ativos	97.090	-	97.090
Total do ativo não circulante	97.090	10.698	107.788
Total do ativo	398.320	10.698	409.017
Passivo			

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Circulante			
Passivo de arrendamento	-	3.957	3.957
Demais passivos	<u>172.912</u>	<u>-</u>	<u>172.912</u>
Total do passivo circulante	<u>172.912</u>	<u>3.957</u>	<u>176.868</u>
Não circulante			
Passivo de arrendamento	-	6.741	6.741
Demais passivos	<u>56.318</u>	<u>-</u>	<u>56.318</u>
Total do passivo não circulante	<u>56.318</u>	<u>6.741</u>	<u>63.060</u>
Patrimônio líquido	<u>169.090</u>	<u>-</u>	<u>169.090</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>398.320</u>	<u>10.698</u>	<u>409.017</u>

Consolidado	Saldo anterior 01/01/2019	Ajuste adoção inicial CPC 06/R2 / IFRS 16 Prédios	Saldo após Adoção Inicial 01/01/2019
Ativo			
Circulante			
Demais ativos	<u>317.286</u>	<u>-</u>	<u>317.286</u>
Total do ativo circulante	<u>317.286</u>	<u>-</u>	<u>317.286</u>
Não circulante			
Direito de uso	-	11.807	11.807
Demais ativos	<u>92.640</u>	<u>-</u>	<u>92.640</u>
Total do ativo não circulante	<u>92.640</u>	<u>11.807</u>	<u>104.447</u>
Total do ativo	<u>409.925</u>	<u>11.807</u>	<u>421.732</u>
Passivo			
Circulante			
Passivo de arrendamento	-	4.282	4.282
Demais passivos	<u>183.235</u>	<u>-</u>	<u>183.235</u>
Total do passivo circulante	<u>183.235</u>	<u>4.282</u>	<u>187.517</u>
Não circulante			
Passivo de arrendamento	-	7.525	7.525
Demais passivos	<u>56.318</u>	<u>-</u>	<u>56.318</u>
Total do passivo não circulante	<u>56.318</u>	<u>7.525</u>	<u>63.844</u>
Patrimônio líquido	<u>170.372</u>	<u>-</u>	<u>170.372</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>409.925</u>	<u>11.807</u>	<u>421.732</u>

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do

arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo nominal em 1º de janeiro de 2019. A taxa média nominal aplicada foi de 8,9% ao ano a depender dos prazos dos contratos.

Consolidado

<i>Em milhares de Reais</i>	1º de janeiro de 2019
Contratos de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018, divulgado conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 nas demonstrações financeiras consolidadas	13.485
Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019	(1.512)
Passivos de arrendamento financeiro reconhecidos em 31 de dezembro de 2018	11.973
– Isenção para reconhecimento de arrendamentos de ativos de baixo valor	(164)
– Isenção de reconhecimento de arrendamentos que possuem o prazo de arrendamento de 12 meses, ou menos, na transição	(2)
– Opções de prorrogação razoavelmente certos de serem exercidas	-
Passivos de arrendamento reconhecidos em 1º de janeiro de 2019	11.807

b. IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre a renda (IAS 12 - Impostos sobre a renda) caso haja incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar seus ativos ou passivos fiscais correntes ou diferidos aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12), com base no lucro tributável, bases fiscais, prejuízos tributáveis não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de impostos, determinado de acordo com esta interpretação. Esta interpretação é efetiva, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2019 e não foram identificados impactos decorrentes dessa interpretação e que não tenham sido divulgados nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

8 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e

Instrumentos financeiros não-derivativos, designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

9 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário pela Nota explicativa nº 7.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de Controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia e de suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto deve existir um acordo contratual através do qual a Companhia e suas controladas possuem controle compartilhado, onde a Companhia e suas controladas têm direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e suas controladas no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi

determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

Para conversão das transações em moeda estrangeira para a moeda funcional da Companhia e suas controladas (Real - R\$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio tanto para o consolidado quanto para a Controladora:

	Taxa média do exercício		Taxa à vista	
	2019	2018	2019	2018
R\$/US\$	4,1090	3,6547	4,0307	3,8748
R\$/EUR	4,4153	4,3083	4,5156	4,4390

c. Receita operacional

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de produtos químicos, fertilizantes e defensivos biológicos. As receitas decorrentes de venda de produtos ou mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. Para devoluções, o passivo de reembolso e o ativo de direito de recuperar os bens devolvidos são reconhecidos. O direito de recuperar o ativo de mercadorias devolvidas é medido pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados para recuperar as mercadorias.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

A receita é reconhecida líquida de descontos, e impostos sobre as vendas.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

rendimentos sobre aplicações financeiras;

variações cambiais ativas e passivas;

tarifas bancárias;

despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e,

despesas de juros de aluguel.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento; e os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que

estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

– diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

– diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

– diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e

passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e de despesas de vendas.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os custos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios e construções	60 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Veículos	10 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Equipamentos de informática	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio apurado na aquisição das quotas da Samaritá Indústria e Comércio Ltda e Biovalens Ltda encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

O ágio é a diferença positiva entre o valor pago na aquisição de um negócio e o justo valor líquido dos ativos e passivos da subsidiária adquirida. O ágio de aquisições de subsidiárias é apresentado na rubrica Investimentos e ativos intangíveis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O ágio é mantido ao valor de custo, deduzido de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e o teste contábil é realizado no mínimo anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia que se espera que se beneficie da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem alocados a essas unidades.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes são as seguintes:

Softwares

5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de produtos químicos, fertilizantes e defensivos biológicos e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 24). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o

negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro

adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a

valor justo por meio do resultado (VJR) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram, ou transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um ativo financeiro é transferido ou no qual o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade e não retém o controle do ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações nas quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nestes casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos..

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

No momento do desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado..

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham um direito

legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

k. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma)

A gestão do risco de crédito da Companhia e suas controladas em relação a clientes é centrada na análise da situação financeira e patrimonial, assim como a definição de limites de crédito e

acompanhamento permanente da carteira em aberto. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas e controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;

Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros são reconhecidas no resultado.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar

sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas aplicáveis antes de 01 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas determinaram se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
 - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia e suas controladas classificaram os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo

prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e as suas controladas possuem uma obrigação que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação quemaximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

o. Subvenção e assistência governamental

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, em linha com o período de reporte do crédito pelo regime de competência, onde os ganhos são registrados no grupo de deduções de vendas (impostos incidentes), contra o corrente passivos.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria da Companhia e suas controladas para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas operaram os seguintes segmentos reportáveis durante este ano (i) Fertilizantes Foliáres e Produtos Industriais; (ii) Micros de solo; (iii) Produtos Biológicos e (iv) Condicionadores de Solo e Organominerais. Os segmentos estão alinhados com o portfólio de produtos e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia e suas controladas.

q. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e suas controladas, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação.

r. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia e suas controladas estão apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia e suas controladas na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia e suas controladas quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros.

O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Companhia e suas controladas.

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas aplicáveis as demonstrações financeiras

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

10 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 9 (j).

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	3.407	1.147	3.899	1.905
Aplicações financeiras	32.756	16.139	33.335	16.510
	36.163	17.286	37.234	18.415

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente à 93,0% da variação do CDI-CETIP - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária.

As informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 32.

11 Contas a receber de clientes

Veja política contábil nas notas explicativas 9(b), (j) e (n).

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes - Mercado interno	190.287	183.540	216.560	197.220
Contas a receber de clientes - Mercado externo	11.927	17.115	16.586	17.472
Ajuste a valor presente – AVP	(3.720)	(3.945)	(4.187)	(4.232)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(10.148)	(4.867)	(10.439)	(4.918)
	188.346	191.843	218.520	205.542

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente, com a taxa média de captação das dívidas de 8,41% ao ano para os saldos de 31 de dezembro de 2019 e 9,51% ao ano para os saldos de 31 de dezembro de 2018.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa nº 32.

12 Estoques

Veja política contábil na nota explicativa 9 (g).

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	25.095	28.686	16.044	29.117
Produtos em elaboração	17.114	450	13.310	480
Matéria-prima	12.916	45.382	27.134	45.577
Material de embalagem	3.982	4.040	4.144	4.248
Almoxarifado	1.111	1.578	1.115	1.580
	60.218	80.136	61.747	81.002

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

13 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS	3.973	7.659	4.116	7.721
IPI	2.577	2.253	2.596	2.266
PIS	607	322	607	322
COFINS	2.621	1.393	2.621	1.393
	9.778	11.627	9.940	11.702
Circulante	9.335	4.077	9.448	4.107
Não circulante	443	7.550	492	7.595

O saldo de impostos a recuperar é representado substancialmente por saldo credor de ICMS. Tais valores são acumulados em virtude do ramo de atuação principal da Companhia (produção de insumos agrícolas), devido à manutenção de crédito do imposto concedida pelo Estado de São Paulo até 30 de abril de 2019, local onde se concentram as atividades da Companhia e suas controladas.

14 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento de comissões	238	343	238	343
Outros adiantamentos	1.153	875	994	998
Despesas a apropriar	65	49	112	110
Depósitos judiciais	2.581	1.498	2.581	1.498
	4.037	2.765	3.925	2.930
Circulante	1.456	1.267	1.344	1.451
Não circulante	2.581	1.498	2.581	1.498

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

Ver política contábil na nota explicativa 9 (f).

- a) Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Controladora	Ativos		Passivos		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Direito de uso – CPC 06/R2 / IFRS16	114	-	-	-	114	-
Provisão para bônus	788	1.059	-	-	(271)	598
Provisão para perdas de crédito esperadas	3.450	1.594	-	-	1.856	(201)
Ajuste a valor presente	1.265	1.256	-	-	8	112
Provisão para contingências	799	763	-	-	36	295
Comissões diferidas	2.424	2.336	-	-	88	56
Amortização intangível	958	679	-	-	279	279
Depreciação fiscal	-	-	(3.821)	(2.535)	(1.286)	(780)
Amortização fiscal de ágio	-	-	(2.306)	(1.729)	(576)	(576)
Outros	1.088	1.230	-	-	(142)	-
	-	-	-	-	-	-
	10.886	8.918	(6.127)	(4.264)	106	(364)
(*) Compensação	(6.126)	(4.263)	6.127	4.264	-	-
Líquido	<u>4.760</u>	<u>4.654</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		
Consolidado	Ativos		Passivos		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Prejuízo fiscal	-	669	-	-	(669)	(537)
Direito de uso – CPC 06/R2 / IFRS16	114	-	-	-	114	-
Provisão para bônus	788	1.059	-	-	(271)	593
Provisão para perdas de crédito esperadas	3.450	1.655	-	-	1.796	(252)
Ajuste a valor presente	1.265	1.341	-	-	(77)	158
Provisão para contingências	799	844	-	-	(45)	295
Comissões diferidas	2.424	2.683	-	-	(259)	(995)
Amortização intangível	958	679	-	-	279	279
Depreciação fiscal	-	-	(3.821)	(2.846)	(975)	(878)
Amortização fiscal de ágio	-	-	(2.306)	(1.729)	(576)	(576)
Outros	1.088	298	-	-	789	(148)
	-	-	-	-	-	-
	10.886	9.229	(6.127)	(4.574)	106	(784)
(*) Compensação	(6.127)	(4.264)	6.127	4.574	-	-
Líquido	<u>4.760</u>	<u>4.654</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

- b) A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	%		%	%		%		%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		55.454		40.773		60.668		62.431
Imposto utilizando alíquota de imposto da controladora	34,00	(18.854)	34,00	(13.863)	34,00	(20.267)	34,00	(21.226)
Valores não tributáveis	3,01	1.671	1,65	672	2,75	1.671	1,08	672
Valores não dedutíveis	(1,70)	(942)	(3,89)	(1.586)	(1,55)	(942)	(2,72)	(1.699)
Resultado da equivalência patrimonial	9,09	5.042	3,32	1.353	-	-	-	-
Receita de subvenção (i)	16,11	8.931	-	-	14,72	8.931	-	-
Prejuízo fiscal acumulado anteriormente	-	-	-	-	-	-	1,17	728
Juros sobre o capital próprio	6,03	3.341	7,32	2.984	5,51	3.341	4,78	2.984
Outros	0,24	131	1,63	664	0,22	131	1,06	664
Ajuste pelo cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	-	-	8,14	4.940	(0,64)	(402)
Total do imposto de renda e contribuição social		(1,22)		(679)		(4,21)		(2.554)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1,41)	(785)	(23,08)	(9.412)	(4,38)	(2.659)	(28,02)	(17.495)

Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,19	106	(0,89)	(364)	0,17	106	(1,26)	(784)
--	------	-----	--------	-------	------	-----	--------	-------

(i) Receita de subvenção

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o efeito de subvenções de ICMS, com respaldo na Lei Complementar 160/2017 e Convênio ICMS 190/2017, que consideraram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), com a respectiva expedição do Certificado de Registro e Depósito.

O total reconhecido no ano de 2019, relativo aos benefícios de redução de base de cálculo e isenção de ICMS utilizados no próprio exercício, totalizou R\$ 26.269. Tais valores são decorrentes dos benefícios fiscais concedidos às operações com insumos agropecuários conforme disposto no convênio CONFAZ 100/97.

Os incentivos fiscais da Companhia caracterizam-se como subvenção para investimento, sendo reconhecidos no mês de competência e lançados diretamente no resultado na rubrica de deduções da receita, em contrapartida ao passivo no ICMS a pagar, sendo os incentivos excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, resultando em uma redução de R \$ 8.931.

Ao final do exercício, a Companhia registra os valores recebidos a título de subvenção para investimentos de incentivos fiscais na conta “Reserva de Incentivos Fiscais”, conforme artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (vide Nota 28.e).

16 Investimentos

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (a).

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Investimentos				
Biovalens Ltda.	18.336	5.130	-	-
BS Transportes Ltda.	4.540	2.984	-	-
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> Samaritá (ii)	7.235	7.235	-	-
Mais valia - Samaritá (i)	-	248	-	-
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> Biovalens (ii)	2.314	2.314	-	-
Mais valia – Biovalens (iii)	812	1.387	-	-
Vittia Paraguay SRL	32	-	-	-
	<u>33.269</u>	<u>19.298</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos não consolidados				
Outros investimentos	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>20</u>
	<u>33.289</u>	<u>19.318</u>	<u>20</u>	<u>20</u>

- (i) O valor de R\$ 247 refere-se à mais-valia de marcas e patentes, licenças de software, carteira de clientes e valor da força de trabalho, conforme laudo técnico de avaliação pelo valor justo desses ativos, emitido por ocasião da aquisição da Samaritá Indústria e Comércio Ltda., totalmente amortizado em 2019.
- (ii) O valor do ágio por rentabilidade futura também é fundamentado pelo laudo emitido por Companhia especializada, Tal valor será objeto de teste de recuperabilidade de ativo em bases anuais.

- (iii) O valor de R\$ 813 refere-se à mais-valia de marcas e patentes, carteira de clientes e valor da força de trabalho, conforme laudo técnico de avaliação pelo valor justo desses ativos, emitido por ocasião da aquisição da Biovalens Ltda, - ME.

Investimentos

Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>13.926</u>
Reorganização societária - nota 3	2.984
Equivalência patrimonial	3.979
Amortização da mais valia	(822)
Perda em participação societária (i)	<u>(748)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>19.318</u>
Aquisição de participações	116
Equivalência patrimonial	14.828
Amortização da mais valia	(822)
Perda em participação societária (i)	<u>(151)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>33.289</u>

(i) Perda em participação societária

A perda se refere à distribuição desproporcional de lucros aprovada em assembleia de sócios na controlada Biovalens Ltda.

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

2019	Participação	Quantidade de quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Outras receitas e despesas	Lucro ou (prejuízo)	Equivalência patrimonial
			31.682	6.284	37.965	15.045	-	15.045	22.920	33.574	16.878	16.695	13.356
Biovalens Ltda,	80,0%	240,000											
BS Transportes Ltda,	99,9%	2,499,999	4.343	876	5.219	679	-	679	4.540	17.781	16.225	1.556	1.556
Vittia Paraguay SRL	99,9%	999	63	-	63	32	-	32	32	-	84	(84)	(84)
													14.828
2018	Participação	Quantidade de quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Outras receitas e despesas	Lucro	Equivalência patrimonial
Biovalens Ltda,	80,0%	240,000	14.212	4.375	18.587	12.174	-	12.174	6.413	16.376	11.402	4.974	3.979
BS Transportes Ltda, (i)	99,9%	2,499,999	2.940	707	3.647	663	-	663	2.984	16.890	15.478	1.412	-
													3.979

(i) Participação societária incorporada em 31/12/2018, cujo resultado da equivalência patrimonial foi reconhecido na Vittia Participações S.A., incorporada reversamente pela Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.

17 Imobilizado

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (h) / (n).

	Controladora							
	Terrenos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo	3.292	19.036	3.294	2.253	31.919	1.413	6.472	67.678
Depreciação acumulada	-	(2.307)	(1.250)	(1.786)	(14.341)	(1.082)	-	(20.766)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.292	16.729	2.044	467	17.578	331	6.472	46.912
	-							
Adição por evento societário - nota 3 – Custo		1.447	247	52	7.589	103	1.028	10.466
Adição por evento societário - nota 3 – Depreciação acumulada		(304)	(106)	(52)	(2.425)	(67)	-	(2.954)
Transferência	-	4.794	-	-	1.932	-	(6.889)	(163)
Aquisições	-	-	610	123	3.525	206	8.279	12.742
Baixas	-	-	(21)	(194)	(168)	(2)	-	(384)
Depreciação no exercício	-	(549)	(253)	(202)	(1.679)	(106)	-	(2.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.292	22.117	2.521	194	26.352	465	8.890	63.830
Custo	3.292	25.277	4.130	2.234	44.797	1.720	8.890	90.340
Depreciação acumulada	-	(3.160)	(1.609)	(2.040)	(18.445)	(1.255)	-	(26.510)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.292	25.277	2.521	194	26.352	465	8.890	63.830
Transferência	-	961	-	-	9.981	-	(10.942)	-
Aquisições	4.688	10	829	153	3.762	147	18.030	27.620
		-	-	(397)	-	-	(33)	(429)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação no exercício	-	(642)	(309)	155	(2.418)	(100)	-	(3.313)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.980	22.446	3.041	106	37.677	512	15.945	87.707
Custo	7.980	26.249	4.960	1.991	58.540	1.867	15.945	117.531
Depreciação acumulada	-	(3.803)	(1.919)	(1.885)	(20.863)	(1.355)	-	(29.824)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.980	22.446	3.041	106	37.677	512	15.945	87.707

Consolidado

	Terrenos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo	3.358	20.970	3.589	5.369	38.917	1.520	7.951	81.674
Depreciação acumulada	-	(2.567)	(1.341)	(4.293)	(16.414)	(1.143)	-	(25.758)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.358	18.403	2.248	1.076	22.503	377	7.951	55.916
Transferência	-	4.794	-	-	3.551	-	(8.589)	(244)
Aquisições	-	-	884	342	4.614	256	10.999	17.095
Baixas	-	-	(21)	(2.308)	(183)	(2)	-	(2.514)
Depreciação no exercício	-	(610)	(284)	1.815	(2.171)	(124)	-	(1.375)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.358	22.586	2.826	924	28.314	507	10.361	68.878
Custo	3.358	25.764	4.452	3.403	46.899	1.774	10.361	96.011
Depreciação acumulada	-	(3.177)	(1.625)	(2.478)	(18.585)	(1.267)	-	(27.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.358	22.586	2.826	924	28.314	507	10.361	68.878
Transferência	-	2.421	-	-	10.278	-	(12.699)	-
Aquisições	4.688	10	1.202	406	4.345	155	18.416	29.224
Baixas	-	-	-	(447)	-	-	(56)	(503)
Depreciação no exercício	-	(673)	(341)	67	(2.565)	(112)	-	(3.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.046	24.344	3.687	951	40.373	551	16.022	93.975
Custo	8.046	28.195	5.654	3.362	61.522	1.929	16.022	124.732
Depreciação acumulada	-	(3.850)	(1.966)	(2.411)	(21.150)	(1.379)	-	(30.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.046	24.344	3.687	951	40.373	551	16.022	93.975

a. Terrenos

A Companhia possui terrenos nas cidades de Artur Nogueira e São Joaquim da Barra, ambas no estado de São Paulo, local onde estão localizados dois dos estabelecimentos filiais.

b. Edificações

A Companhia e as suas controladas possuem edificações nas cidades de São Joaquim da Barra, Serrana, Ituverava e Artur Nogueira, todas no Estado de São Paulo, além de Uberaba no estado de Minas Gerais, locais onde estão localizados os parques industriais dos estabelecimentos fabris.

c. Móveis e utensílios

A Companhia e as suas controladas mantêm estruturas administrativa e laboratorial em todas as suas unidades.

d. Máquinas e equipamentos

São compostos por um grande e variado parque de máquinas e estruturas necessárias a manutenção das atividades operacionais das controladas.

e. Equipamentos de informática

A Companhia e as suas controladas possuem equipamentos para o processamento de dados e infraestrutura de TI necessária para a comunicação entre as unidades.

f. Imobilizado em andamento

Está representado por projetos de expansão e otimização das unidades.

g. Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

h. Ativos cedidos em garantia

Modalidade	Garantia	Valor garantido - R\$
Alienação fiduciária (FINAME/BNDES)	Máquinas e veículos	1.690

18 Direito de uso

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (h) / (l).

Controladora	Arrendamento Prédios
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial IFRS 16 - CPC 06	10.698
Depreciação no exercício	3.018
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.680

Consolidado	Arrendamento Prédios
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial IFRS 16 - CPC 06	11.807
Depreciação no exercício	3.284
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.523

19 Intangível - Consolidado

Veja política contábil nas notas explicativas 8 (i) / (n).

	2019	2018
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> Samaritá	7.235	7.273
Ágio por rentabilidade futura - <i>Goodwill</i> Biovalens	2.412	2.482
Marcas e patentes	200	200
Licenças de <i>software</i>	100	40
	9.947	9.995

Testes de recuperabilidade de ágio e intangíveis

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (“impairment”) dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por ágio pela expectativa de rentabilidade futura gerado nas aquisições da Samaritá Indústria e Comércio Ltda. e Biovalens Ltda. A metodologia utilizada é a do fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos, as premissas descritas abaixo:

- Margem bruta com base na rentabilidade das vendas projetadas, deduzida das devoluções, impostos e do custo dos produtos vendidos;
- Estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação;
- Gastos associados à despesas com vendas, administrativas e gerais;
- Utilização da metodologia WACC – Weighted Average Cost of Capital para desconto a valor presente dos fluxos de caixa estimados. A taxa usada para cada UGC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 15% ao ano.

O exercício das projeções abrange cinco anos, e as taxas de crescimento utilizadas foram obtidas através do desempenho histórico da Companhia e das projeções de crescimento disponíveis para o setor.

A Companhia não identificou perdas dos valores recuperáveis de todos os ativos intangíveis.

20 Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil na nota explicativa 9 (j).

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores - Mercado interno	8.258	9.089	5.067	7.697

Fornecedores - Mercado externo	12.727	23.913	12.727	23.913
Serviços de terceiros	1.445	1.653	1.695	1.914
Aquisição de participações (a)	3.913	4.843	3.913	4.843
Outras contas	7.387	8.984	8.071	9.566
	<u>33.730</u>	<u>48.482</u>	<u>31.473</u>	<u>47.933</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, corresponde às parcelas remanescentes das aquisições de ações da Samaritá e Biovalens, que serão liquidadas da seguinte forma:

Aquisição Samaritá

Vencimento	Valor
01/06/2018	2.441
	<u>2.441</u>

Conforme contrato de compra e venda de ações e demais avenças, o valor da parcela ficará retido para futura compensação com os valores das contingências materializadas e de responsabilidade do vendedor

Aquisição Biovalens

Vencimento	Valor
08/05/2020	131
07/05/2021	646
07/05/2022	695
	<u>1.472</u>

As parcelas se referem ao preço complementar da operação (*earn-out*), conforme cláusula 6 do contrato de compra e venda de quotas, calculado com as premissas abaixo:

Ano	Crescimento	Receita estimada	Taxa de desconto	Valor presente
2017	-	5.680	11,60%	5.091
2018	164,70%	15.036	24,50%	12.079
2019	33,40%	20.056	38,90%	14.441
2020	24,80%	25.037	55,00%	16.158
2021	19,90%	<u>30.016</u>	72,90%	<u>17.363</u>
		<u>95.825</u>		<u>65.132</u>

O valor a pagar para cada sócio corresponde à 2% da receita bruta a valor presente calculada acima.

A informação sobre a exposição da Companhia e suas controladas para os riscos de moeda e de liquidez, relacionados a fornecedores, encontra-se divulgada na nota explicativa nº 32.

21 Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis na nota explicativa 9 (j),

Controladora							
	Moeda	Garantia	Ano de vencimento final	Taxa ponderada de juros a.a.	Indexador	2019	2018
Passivo circulante							
Capital de giro	BRL	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2020	6,88%	CDI	30.000	56.381
Capital de giro (*)	EUR	Recebíveis e aval	2020	2,11%	Variação cambial	29.850	2.278
Capital de giro (*)	USD	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2020	4,98%	Variação cambial	45.319	29.768
FINAME	BRL	Próprio bem e aval	2020	4,77%	TJLP	699	1.451
Partes relacionadas - nota explicativa nº 24	BRL	-	2020	-	-	103	103
						105.971	89.981
Passivo não circulante							
Capital de giro	BRL	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2024	6,88%	CDI	41.956	23.554
Capital de giro (*)	EUR	Recebíveis e aval	2021	2,11%	Variação cambial	4.069	8.138
Capital de giro (*)	USD	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2021	4,98%	Variação cambial	6.530	18.951
FINAME	BRL	Próprio bem e aval	2023	4,77%	TJLP	991	2.002
						53.546	52.645
						159.517	142.626

(*): Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia utiliza operações de instrumentos derivativos - swap de juros (vide nota 32) para travar as oscilações da variação cambial, com o objetivo de eliminar esses riscos. Desta forma, as referidas linhas de dívida apresentam custo efetivo de (i) Capital de giro (EUR): 6,51% a.a. e (ii) Capital de giro (USD): 6,78% a.a..

Consolidado							
	Moeda	Garantia	Ano de vencimento final	Taxa ponderada de juros a.a.	Indexador	2019	2018
Passivo circulante							
Capital de giro	BRL	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2020	6,84%	CDI	38.420	63.246
Capital de giro (*)	EUR	Recebíveis e aval	2020	2,11%	Variação cambial	29.850	2.278
Capital de giro (*)	USD	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2020	4,92%	Variação cambial	48.222	31.231
FINAME	BRL	Próprio bem e aval	2020	4,77%	TJLP	699	1.451
Partes relacionadas - nota explicativa nº 24	BRL	-	-	-	-	103	103
						117.294	98.309
Passivo não circulante							
Capital de giro	BRL	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2024	6,84%	CDI	41.956	23.554
Capital de giro	EUR	Recebíveis e aval	2021	2,11%	Variação cambial	4.069	8.138
Capital de giro	USD	Recebíveis, alienação fiduciária e aval	2021	4,92%	Variação cambial	6.530	18.951
FINAME	BRL	Próprio bem e aval	2023	4,77%	TJLP	991	2.002
						53.546	52.645
						170.840	150.954

(*): Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia utiliza operações de instrumentos derivativos - swap de juros (vide nota 32) para travar as oscilações da variação cambial, com o objetivo de eliminar esses riscos. Desta forma, as referidas linhas de dívida apresentam custo efetivo de (i) Capital de giro (EUR): 6,51%a.a. e (ii) Capital de giro (USD): 6,74% a.a.

O cronograma de vencimentos dos financiamentos está demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2019	2018
Até 12 meses	105.971	89.981
de 13 a 36 meses	17.444	50.903
mais de 36 meses	36.103	1.742
	159.517	142.626
	Consolidado	
	2019	2018
Até 12 meses	117.294	98.309
de 13 a 36 meses	17.444	50.903
mais de 36 meses	36.103	1.742
	170.840	150.954

(i) **Covenants**

Alguns dos contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenant*. Os principais covenants da Companhia obrigam a manutenção de alguns índices, como dívida sobre EBITDA (EBITDA - Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento:

	Consolidado			Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Total	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	150.954	11.213	162.168	142.626	11.041	153.668
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos						
Pagamento de empréstimos	(114.878)	-	(114.878)	(104.978)	-	(104.978)
Captação de empréstimos	131.583	-	131.583	120.039	-	120.039
Pagamento de dividendos		(14.949)	(14.949)		(14.588)	(14.588)
	16.705	(14.949)	1.756	15.061	(14.588)	473
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos						
Variações dos fluxos de caixa operacional						
Pagamento de juros	(16.018)	-	(16.018)	(16.622)	-	(16.622)
	(16.018)	-	(16.018)	(16.622)	-	(16.622)
Total das variações nos fluxos de caixa operacional						
Outras variações que não afetam caixa						
Provisão de juros e encargos	19.198	-	19.198	18.450	-	18.450
Dividendos propostos	-	13.669	13.669	-	13.481	13.481
Total das outras variações que não afetam caixa	19.198	13.669	32.867	18.450	13.481	31.931
Saldo em 31 de dezembro de 2019	170.840	9.933	180.773	159.517	9.933	169.450
	Consolidado			Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Total	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	117.566	7.157	124.724	111.307	105	111.413

Variações dos fluxos de caixa de financiamentos						
Pagamento de empréstimos	(104.224)	-	(104.224)	(93.555)	-	(93.555)
Captação de empréstimos	135.097	-	135.097	121.244	-	121.244
Pagamento de dividendos	-	(10.764)	(10.764)	-	(10.318)	(10.318)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	30.873	(10.764)	20.109	27.689	(10.318)	17.371
Variações dos fluxos de caixa operacional						
Pagamento de juros	(24.623)	-	(24.623)	(22.419)	-	(22.419)
Total das variações nos fluxos de caixa operacional	(24.623)	-	(24.623)	(22.419)	-	(22.419)
Outras variações que não afetam caixa						
Provisão de juros e encargos	27.138	-	27.138	25.310	-	25.310
Dividendos propostos	-	14.820	14.820	-	21.253	21.253
Reorganização societária - nota 2	-	-	-	739	-	739
Total das outras variações que não afetam caixa	27.138	14.820	41.958	26.049	21.253	47.302
Saldo em 31 de dezembro de 2018	150.955	11.213	162.167	142.627	11.041	130.667

22 Salários e encargos sociais

Veja política contábil na nota explicativa 9 (d),

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários a pagar	1.483	1.383	1.625	1.511
Encargos sociais a recolher	1.278	1.079	1.410	1.206
Provisões de férias e 13.º salário	4.137	3.668	4.467	3.944
Outras obrigações	2	2	3	3
Provisão para bônus	2.318	3.116	2.318	3.116
	9.218	9.248	9.823	9.780

Movimentação da provisão para bônus

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.359
Provisões do exercício	3.116
Pagamentos do exercício	(1.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.116
Provisões do exercício	2.318
Pagamentos do exercício	(3.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.318

23 Impostos e contribuições a recolher

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (f).

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Impostos retidos	468	1.267	509	1.303
PIS	-	-	10	9
COFINS	-	-	45	43
Parcelamento Lei 11.941/2009 (i)	268	265	268	265
Parcelamento federal ordinário (ii)	-	394	-	394
INSS Parcelamento (iii)	-	177	-	177
Outros impostos	41	38	228	162
	<u>777</u>	<u>2.141</u>	<u>1.060</u>	<u>2.353</u>
Não circulante				
Parcelamento Lei 11.941/2009 (i)	940	1.190	940	1.190
Total	<u>1.717</u>	<u>3.331</u>	<u>2.000</u>	<u>3.543</u>

- (i) A Companhia aderiu ao parcelamento da Lei 11,941/2009, consolidando saldos de tributos federais apurados no 4,º trimestre de 2007 e 3,º e 4,º trimestres de 2008, O saldo será liquidado em 180 meses, com vencimento final em Julho de 2024, O parcelamento, incluindo os encargos financeiros, está sendo liquidados normalmente.
- (ii) A Companhia aderiu ao parcelamento federal ordinário, consolidando saldos de tributos federais apurados no ano de 2014, O saldo foi liquidado em 60 meses, com vencimento final em Novembro de 2019.
- (iii) A Companhia aderiu ao parcelamento simplificado previdenciário, consolidando saldos de tributos devidos à previdência social apurados no ano de 2014, O saldo foi liquidado em 60 meses, com vencimento final em Dezembro de 2019.

24 Partes relacionadas

a) Controladora final

A Companhia é controlada pela WFR Participações Ltda., FGR Participações Ltda. e Brasil Sustentabilidade FIP, cujas participações são de 35%, 35% e 29%, respectivamente.

b) Operações com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração da Companhia e de suas controladas totalizaram o montante de R\$ 3.672 em 2019 (R\$ 3.516 em 2018).

c) Outras transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações de empréstimo entre os acionistas e a Companhia, saldo a pagar de juros sobre capital próprio, lucros já provisionados a distribuir, além de saldo de passivo de arrendamento.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo circulante				
Juros sobre capital próprio a pagar	9.933	7.952	9.933	7.952
Passivo de arrendamento	2.769	-	2.769	-
Dividendos a distribuir aos acionistas	-	3.087	-	3.261
	<u>12.702</u>	<u>11.041</u>	<u>12.702</u>	<u>11.213</u>

Passivo não circulante				
Passivo de arrendamento	4.717	-	4.717	-
	<u>4.717</u>	<u>-</u>	<u>4.717</u>	<u>-</u>
Empréstimos:				
José Plínio Romanini - nota explicativa nº 21 (i)	104	104	104	104
	<u>17.523</u>	<u>11.144</u>	<u>17.523</u>	<u>11.317</u>

(i) Refere-se a operação de empréstimo concedido pelo acionista sem vencimento e sem taxa de juros contratada.

Pagamento de passivo de arrendamento

A Companhia pagou para partes relacionadas o total de R\$ 3.262 em 2019 referente à passivo de arrendamento. Em 2018 o total pago foi de R\$ 3.144, ainda como despesa de aluguel.

25 Passivo de arrendamento

A Companhia considera como passivo de arrendamento os contratos de locação predial de suas unidades, A movimentação durante o exercício de 2019 é apresentada a seguir:

	Controladora
Em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial IFRS 16 - CPC 06	10.698
Em 01 de janeiro de 2019	<u>10.698</u>
Pagamento do principal	(2.965)
Pagamento de juros	(787)
Juros apropriados	787
Em 31 de dezembro de 2019	<u>7.733</u>
Circulante	2.860
Não circulante	4.873
	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial IFRS 16 - CPC 06	11.807
Em 01 de janeiro de 2019	<u>11.807</u>
Pagamento do principal	(3.225)
Pagamento de juros	(870)
Juros apropriados	870
Em 31 de dezembro de 2019	<u>8.582</u>
Circulante	3.112
Não circulante	5.470

Em 31 de dezembro de 2019 o perfil de vencimento do passivo de arrendamento é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	Valor presente	Valor futuro
1 a 12 meses	2.882	3.433
13 a 24 meses	3.139	3.433
25 a 36 meses	1.712	1.756
	<u>7.733</u>	<u>8.622</u>
Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar (i)	(715)	(798)
Total líquido	<u>7.018</u>	<u>7.824</u>
	<u>Consolidado</u>	
	Valor presente	Valor futuro
1 a 12 meses	3.134	3.747
13 a 24 meses	3.242	3.582
25 a 36 meses	1.808	1.891
37 a 48 meses	105	135
49 a 60 meses	114	135
61 a 72 meses	124	135
73 a 84 meses	55	56
	<u>8.582</u>	<u>9.681</u>
Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar (i)	(794)	(896)
Total líquido	<u>7.788</u>	<u>8.785</u>

A taxa incremental média ponderada de empréstimos aplicada ao passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2019, foi de 8,90%, ao ano.

- (i) Refere-se ao o direito potencial de créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos do arrendamento calculado com base na alíquota teórica de 9,25%. Esta divulgação visa atender ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ N° 02/2019 e representa apenas uma estimativa. Portanto, não constitui efetivamente os créditos que poderão ser tomados pela Companhia e suas controladas no futuro, sendo que quando tal fato ocorrer, os referidos créditos poderão ser materialmente diferentes devido à possibilidade da alíquota efetiva ser diferente da teórica ou o pagamento não estar sujeito a tomada de crédito, por exemplo, por conta de alterações subsequentes na legislação tributária.

26 Adiantamentos de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento de clientes	3.592	4.980	3.620	5.027
Venda com faturamento antecipado	498	1.399	498	1.399
	<u>4.090</u>	<u>6.379</u>	<u>4.118</u>	<u>6.426</u>

Os valores de adiantamentos recebidos de clientes se referem a recursos adiantados às controladas, por mera liberalidade destes, para o fornecimento de produtos acabados em períodos futuros, conforme a necessidade específica de cada cliente.

As controladas realizam operação de venda com faturamento antecipado com a emissão de documentos fiscais contemplando a quantidade total do pedido, As remessas efetivas dos produtos são feitas em momento futuro, de acordo com a programação estabelecida por cada cliente.

27 Provisões para contingências

Veja política contábil na nota explicativa 9 (m).

A Administração da Companhia, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência, A Companhia provisionou o montante de R\$ 2.351 por entender ser suficiente para cobertura de riscos trabalhistas.

	Controladora	
	2019	2018
Processos trabalhistas	2.351	2.483
	2.351	2.483
	Consolidado	
	2019	2018
Processos trabalhistas	2.351	2.483
	2.351	2.483

A Companhia possui outras contingências envolvendo questões cíveis e trabalhistas, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível, mas não provável, em um total de R\$1.431 em 2019 (R\$ 657 em 2018), para as quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas.

28 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 137.252, distribuído em 123.752.332 ações ordinárias (R\$ 134.216 em 2018, distribuído em 122.886.067 quotas), todas integralizadas em moeda corrente nacional e subscritas pelos acionistas de forma como segue:

	2019	
	Ações	
Acionistas	Quantidade	Percentual
WFR Participações Ltda.	43.397.193	35,07%
FGR Participações Ltda.	43.397.234	35,07%
Brasil Sustentabilidade FIP	36.091.639	29,16%

Alexandre del Nero Frizzo	866.266	0,70%
	<u>123.752.332</u>	<u>100,00%</u>

b. Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou do saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.

Reserva de lucros

A reserva de lucros foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ao final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

d. Juros sobre capital próprio

Conforme deliberação da assembleia em 31 de outubro, 29 de novembro e 26 de dezembro de 2019 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas, e a imputação de tal valor ao dividendo mínimo previsto no artigo 38 do estatuto social da Companhia, O cálculo dos juros sobre capital próprio foi efetuado conforme demonstrado abaixo, tendo como base as contas do patrimônio líquido de 2018:

	2019
Capital social	134.216
Reserva de lucros	36.290
Ajuste de avaliação patrimonial	1.797
Total do patrimônio líquido	<u>172.304</u>
Taxa de juros de longo prazo - TJLP	<u>6,38%</u>
Juros sobre capital próprio	10.996
IR Retido	(1.168)
Valor líquido	<u>9.828</u>
	2018
Capital social	98.622
Reserva de lucros	26.253
Total do patrimônio líquido	<u>124.875</u>
Taxa de juros de longo prazo - TJLP	<u>7.03%</u>
Juros sobre capital próprio	8.777
IR Retido	(930)
Valor líquido	<u>7.847</u>

e. Reserva de subvenção

Conforme nota explicativa nº 15, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e da contribuição social, Deste modo, a Companhia apurou no exercício de 2019 a subvenção de ICMS de R\$ 26,269, proveniente das operações de venda de insumos agropecuários promovidas pela controladora e suas controladas.

f. Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações e na média ponderada de ações em circulação.

	Consolidado	
	2019	2018
Resultado atribuído aos detentores de ações	58.114	44.152
Média ponderada de ações em circulação	123.752	122.886
Resultado do exercício básico e diluído por ação	0,47	0,36

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e diluído por ação são equivalentes.

29 Receita operacional líquida

A Companhia adotou o IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, o que resultou em mudanças nas políticas contábeis, sem impacto na receita reconhecida.

A Companhia utiliza a estrutura conceitual da norma para reconhecimento de receita, que se baseia no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho em contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista em contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho for satisfeita.

A receita é reconhecida quando não há obrigação de desempenho a ser cumprida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para as vendas Free on Board (FOB), a receita é reconhecida quando o cliente, por conta própria, veículos, realiza a coleta do produto nas unidades da Companhia; e, para vendas de custo, seguro e frete (CIF), a receita é reconhecida somente após os produtos serem entregues no local estabelecido pelo cliente, que tem a capacidade de determinar a maneira como serão usados e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, reembolsos e descontos.

A Companhia e suas subsidiárias geram receita principalmente com a venda dos seguintes produtos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fertilizantes foliares	221.123	224.613	222.251	234.128
Micro de Solo	99.580	9.778	100.089	93.161
Produtos Industriais e Outros	53.862	92.664	54.114	84.907
Inoculantes	35.341	32.303	35.470	32.277
Condicionadores de solo e Organominerais	28.358	31.925	28.502	31.900
Defensivos Biológicos	2.890	2.382	38.399	19.049
Total da receita:	441.154	393.665	478.825	495.422

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta	441.154	393.665	478.825	495.422
Menos:				
Impostos sobre vendas	(21.717)	(18.175)	(24.718)	(23.821)
Devoluções e abatimentos	(10.560)	(7.302)	(13.811)	(9.982)
Ajuste a valor presente - AVP	(7.473)	(8.250)	(8.342)	(9.330)
Total da receita contábil	401.404	359.938	431.954	452.289

As solicitações de devoluções e abatimentos são analisadas individualmente pela Companhia através de ferramenta específica de gestão de não conformidades – GNC, que possui alçadas eletrônicas de aprovação. Nesse sistema são imputados os motivos que justificam os pedidos, e após análise dos setores de produção, qualidade, logística, comercial e financeiro, a decisão é tomada no sentido de se prosseguir ou não com o processo. A companhia não possui nenhuma obrigação contratual de receber produtos em devolução. Os indicadores de performance do volume de devoluções e abatimentos são constantemente monitorados pela diretoria de negócios e pelo comitê financeiro.

30 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matéria prima e insumos diretos	(199.516)	(193.220)	(196.782)	(230.703)
Despesas com pessoal	(57.056)	(40.700)	(60.852)	(48.333)
Gastos gerais de fabricação	(21.451)	(17.863)	(22.592)	(22.558)
Fretes sobre vendas	(17.698)	(10.925)	(18.412)	(16.986)
Outras receitas (despesas)	(14.987)	(15.671)	(18.596)	(20.948)
Comissões sobre vendas	(13.291)	(16.761)	(14.065)	(19.189)
Outras despesas com vendas	(10.815)	(9.796)	(12.316)	(10.761)
Serviços prestados por terceiros	(7.501)	(7.202)	(8.960)	(8.306)
Depreciação e amortização	(7.144)	(3.622)	(6.907)	(3.501)

Provisão para perdas de crédito esperadas	(5.281)	591	(5.520)	690
Aluguéis	(473)	(2.449)	(476)	(3.151)
	<u>(355.213)</u>	<u>(317.618)</u>	<u>(365.478)</u>	<u>(383.746)</u>
Classificado como				
Custo das vendas	(275.261)	(244.338)	(276.978)	(297.269)
Despesas com vendas	(32.308)	(34.513)	(34.606)	(37.905)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(5.281)	591	(5.520)	690
Despesas administrativas e gerais	(42.667)	(38.298)	(48.326)	(45.858)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	304	(1.060)	(47)	(3.403)
	<u>(355.213)</u>	<u>(317.618)</u>	<u>(365.478)</u>	<u>(383.746)</u>

31 Resultado financeiro e cambial líquido

Ver política contábil na nota explicativa 9 (e).

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros ativos	9.215	9.029	10.007	9.824
Descontos obtidos	144	103	150	213
Rendimentos aplicações financeiras	776	559	831	711
	<u>10.133</u>	<u>9.691</u>	<u>10.988</u>	<u>10.748</u>
Despesas financeiras				
Juros passivos	(12.090)	(9.213)	(12.947)	(9.982)
Descontos concedidos	(1.330)	(1.229)	(1.430)	(1.314)
IOF	(166)	(21)	(169)	(36)
Variação cambial líquida (i)	(4.967)	(13.831)	(4.939)	(14.808)
Outras despesas financeiras	(56)	(1.047)	(70)	(1.073)
	<u>(18.609)</u>	<u>(25.341)</u>	<u>(19.555)</u>	<u>(27.213)</u>
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos				
Ganhos (perdas) com derivativos (ii)	2.911	10.123	2.759	10.352
	<u>2.911</u>	<u>10.123</u>	<u>2.759</u>	<u>10.352</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(5.565)</u>	<u>(5.527)</u>	<u>(5.809)</u>	<u>(6.113)</u>

- (i) Os empréstimos contratados na modalidade 4131 geraram em 2019, variação cambial passiva no valor de R\$ 5.458 no consolidado e R\$ 5.539 na controladora. Em 2018 o total foi de R\$ 13.007 no consolidado e R\$ 12.733 na controladora. Vide note 32.

O valor de ganho ou perda com derivativos refere-se ao resultado dos swaps contratados como hedge das operações 4131. Vide nota 32.

32 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2019								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	3.165	-	-	3.165	-	3.165	-	3.165
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	36.163	-	36.163	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	188.346	-	188.346	-	-	-	-
	-	224.5098	-	224.509	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	1.660	-	-	1.660	-	1.660	-	1.660
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	159.517	159.517	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	33.730	33.730	-	-	-	-
	-	-	193.247	193.247	-	-	-	-

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Controladora	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2018								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	2.792	-	-	2.792	-	2.792	-	2.792
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	17.286	-	17.286	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	191.843	-	191.843	-	-	-	-
	-	209.129	-	209.129	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	1.868	-	-	1.868	-	1.868	-	1.868
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	142.626	142.626	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	48.482	48.482	-	-	-	-
	-	-	191.109	191.109	-	-	-	-

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Consolidado	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2019								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	3.165	-	-	3.165	-	3.165	-	3.165
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	37.234	-	37.234	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	218.520	-	218.520	-	-	-	-
	-	255.754	-	255.754	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	1.724	-	-	1.724	-	1.724	-	1.724
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	170.840	170.840	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	31.473	31.473	-	-	-	-
	-	-	202.313	202.313	-	-	-	-

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Consolidado	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2018								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	2.845	-	-	2.845	-	2.845	-	2.845
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	18.415	-	18.415	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	205.542	-	205.542	-	-	-	-
	-	223.957	-	223.957	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	3.056	-	-	3.056	-	3.056	-	3.056
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	150.954	150.954	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	47.933	47.933	-	-	-	-
	-	-	198.887	198.887	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez; e

Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites, As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas, A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia e as suas controladas possuem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, possuindo essa prática como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A gestão de risco de crédito da Companhia é determinada pela política de crédito e pela política financeira e seus respectivos comitês.

A política de crédito determina quais os documentos e procedimentos o Comitê de Crédito deve seguir para determinar se o cliente que está sendo analisado tem, ou não, capacidade financeira de cumprir com as obrigações que querem contratar, Essa análise preliminar já evita futuros riscos com relação aos nossos recebíveis.

A política financeira determina as regras que o Comitê Financeiro seguirá com relação a gestão financeira da Companhia, Essa gestão tem por objetivo, além de outros, analisar e encontrar eventuais descasamentos que podem causar riscos à saúde financeira da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez, Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições, O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Garantias

A Companhia e as suas controladas mantêm a totalidade de sua carteira de clientes (duplicatas) em garantia às operações de Capital de Giro, a uma razão entre 40% e 70% do saldo devedor, Também apresenta bens e equipamentos em garantia aos financiamentos para sua aquisição (FINAME/BNDES).

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10	3.407	1.147	3.899	1.906
Contas a receber de clientes	11	<u>188.346</u>	<u>191.843</u>	<u>218.520</u>	<u>205.542</u>
		<u>191.753</u>	<u>192.990</u>	<u>222.419</u>	<u>207.448</u>

Perdas por redução no valor recuperável

As despesas (receita) com constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito esperadas foram registradas na rubrica “Provisão para perdas de crédito esperadas”, na demonstração do resultado do exercício, A análise das contas a receber de clientes, por vencimento, é assim apresentada:

	2019	2018
A Vencer	210.191	198.874
Vencidas:		
Até 30 dias	616	2.419
De 31 a 60 dias	903	996
De 61 a 90 dias	1.344	75
De 91 a 180 dias	2.542	4.202
Mais de 180 dias	20.111	13.025
	<u>25.516</u>	<u>20.717</u>
	<u>235.707</u>	<u>219.591</u>

Abaixo o percentual de perdas esperadas por idade de vencimento:

	2019	2018
A Vencer	0,84%	0,70%
Vencidas:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	12,30%	-
De 61 a 90 dias	26,67%	-
De 91 a 180 dias	21,41%	4,92%
Mais de 180 dias	36,61%	25,51%

A composição do valor de perdas esperadas por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	2019	2018
A Vencer	1.773	1.388
Vencidas:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	111	-
De 61 a 90 dias	359	-
De 91 a 180 dias	544	207
Mais de 180 dias	7.652	3.323
	<u>10.439</u>	<u>4.918</u>

A Companhia possui estrutura de cobrança interna, tanto administrativa quanto judicial para os clientes inadimplentes. A provisão para devedores duvidosos foi calculada de acordo com a expectativa de perda, considerando-se os títulos enviados para cobrança judicial e que não possuem garantias cedidas à Companhia,

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.469</u>
Provisões do exercício	1.903
Reversão do exercício	(1.684)
Adição por evento societário	<u>180</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>4.866</u>
Provisões do exercício	5.333
Reversão do exercício	<u>(52)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>10.148</u>

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.798</u>
Provisões do exercício	1.954
Reversão do exercício	<u>(1.834)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>4.918</u>
Provisões do exercício	5.572
Reversão do exercício	<u>(52)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>10.439</u>

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia e suas controladas acreditam que, conforme indicado acima, a provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e suas controladas utilizam de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas têm como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de

suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

Controladora	2019				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	20.985	20.985	20.985	-	-
Empréstimos e financiamentos	159.517	178.917	122.839	18.268	37.810
Passivo de arrendamento	7.733	7.733	2.860	4.873	-
Outras contas a pagar	12.745	12.745	12.745	-	-
Total passivo	200.980	220.380	159.429	23.141	37.810

Controladora	2018				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	33.002	33.002	33.002	-	-
Empréstimos e financiamentos	142.626	161.261	106.190	53.248	1.822
Outras contas a pagar	15.480	15.480	15.480	-	-
Total passivo	191.108	209.743	154.672	53.248	1.822

Consolidado	2019				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	17.794	17.794	17.794	-	-
Empréstimos e financiamentos	170.840	190.572	134.494	18.268	37.810
Passivo de arrendamento	8.582	8.582	3.112	5.190	280
Outras contas a pagar	13.679	13.679	13.679	-	-
Total passivo	210.896	230.627	169.080	23.458	38.090

Consolidado	2018				
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos
Passivos					
Fornecedores	31.610	31.610	31.610	-	-
Empréstimos e financiamentos	150.954	171.179	112.721	56.523	1.934
Outras contas a pagar	16.324	16.324	16.324	-	-
Total passivo	198.888	219.112	160.654	56.523	1.934

(iv) *Risco de mercado*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado relativos às *commodities*, tanto para o mercado interno quanto para o externo, acrescidos da variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das matérias-primas utilizadas no processo produtivo e dos demais insumos utilizados no processo.

A Administração acompanha o mercado e as suas oscilações de forma permanente, em que há consideráveis reflexos nos preços em razão da produção mundial de *commodities*, Visando a minimizar este risco, a Companhia e as suas controladas procuram se antecipar aos movimentos de mercado, utilizando como principal mecanismo as proteções de preços de *commodities*.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas preponderantemente decorrente de suas importações e da contratação de instrumentos financeiros.

A Administração gerencia, analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão da contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira, Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo ou possam eventualmente gerar qualquer risco adicional.

Para a proteção dos riscos de variações cambiais são utilizadas operações de derivativos, substancialmente “swap” cambial e NDF (“non deliverable forward”). Os NDFs geralmente são utilizados para gerenciar a exposição cambial de balanço, ou seja, o descasamento entre ativos e passivos operacionais (contas a receber e contas a pagar) denominados em dólar. Já os “swaps” são usualmente contratados dentro de uma operação conhecida no mercado como “4131 *swapada*”. Nessas operações a Companhia contrata uma dívida em moeda estrangeira (dólar ou euro) junto à uma instituição financeira e ao mesmo tempo contrata um swap para troca dessa obrigação em moeda estrangeira (ponta ativa para a Companhia) para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, acrescido de um spread (ponta passiva para a Companhia). Essas operações são tomadas junto a mesma contraparte e tem casamento de valores e datas de vencimento. Os “swaps” são classificados como derivativos de valor justo e seu resultado contabilizado como ganhos (perdas) com derivativos e as dívidas em moeda estrangeira são classificadas como empréstimos e financiamentos e o resultado da variação cambial e do juros classificado como despesa financeira.

Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018 compreendem operações em dólares norte-americanos e Euro, e estão assim apresentados:

	Em dólares	
	2019	2018
Ativo	4.115	4.509
Passivo	<u>(17.741)</u>	<u>(19.122)</u>
Exposição bruta do balanço patrimonial	<u>(13.626)</u>	<u>(14.613)</u>
<i>Notional</i> de derivativos cambiais	<u>13.337</u>	<u>13.836</u>
Exposição líquida	<u>(290)</u>	<u>(777)</u>

	Em euros	
	2019	2018
Passivo	(7.512)	(2.688)
Exposição bruta do balanço patrimonial	(7.512)	(2.688)
<i>Notional</i> de derivativos cambiais	7.473	2.085
Exposição líquida	(39)	(603)

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adota três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente.

A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos e euros, com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2019, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Risco de câmbio	5%	25%	50%
Cenários e níveis de preço	4,2322	5,0384	6,0461
	BRL/USD	BRL/USD	BRL/USD
Ativo	829	4.147	8.293
Passivo	(3.575)	(17.878)	(35.755)
<i>Notional</i> de derivativos cambiais	2.687	13.439	26.879
Exposição líquida	(58)	(292)	(584)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Risco de câmbio	5%	25%	50%
Cenários e níveis de preço	4,7414	5,6445	6,7734
	BRL/EUR	BRL/EUR	BRL/EUR
Ativo	-	-	-
Passivo	(1.696)	(8.480)	(16.960)
<i>Notional</i> de derivativos cambiais	1.687	8.436	16.872
Exposição líquida	(9)	(44)	(88)

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas incorrerem em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia e as suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreados em CDI, de forma que quaisquer resultados, oriundos da volatilidade desses indexadores, não incorram em nenhum impacto significativo.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de suas controladas eram:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Instrumentos de taxa fixa					
Empréstimos e financiamentos	20	(103)	(103)	(103)	(103)
Exposição de taxa fixa		<u>(103)</u>	<u>(103)</u>	<u>(103)</u>	<u>(103)</u>
Instrumentos de taxa variável					
Caixa e equivalentes de caixa	10	32.756	16.139	33.335	16.510
Passivo de arrendamento		(7.733)	-	(8.582)	-
Empréstimos e financiamentos	20	(159.414)	(142.523)	(170.737)	(150.851)
Exposição de taxa variável		<u>(134.391)</u>	<u>(126.384)</u>	<u>(145.984)</u>	<u>(134.341)</u>
Exposição total a taxa de juros		<u>(134.495)</u>	<u>(126.488)</u>	<u>(146.088)</u>	<u>(134.445)</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir, O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas, Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

		Controladora										
		Cenários										
	Exposição 31/12/2019	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Ativos financeiros - Aplicações	32.756	Aumento CDI	4.40	1.441	5.50	1.802	6.60	2.162	3.30	1.081	2.20	721
Total dos ativos financeiros	32.756			1.441		1.802		2.162		1.081		721
Passivos financeiros - Finame	(1.690)	Aumento TJLP	4.77	(81)	5.96	(101)	7.16	(121)	3.58	(60)	2.39	(40)
Passivo de arrendamento	(7.733)	Aumento IPCA	4,31	(333)	5,39	(417)	6,47	(500)	3,23	(250)	2,16	(167)
Passivos financeiros - Capital de Giro	(157.723)	Aumento CDI	4.40	(6.940)	5.50	(8.675)	6.60	(10.410)	3.30	(5.205)	2.20	(3.470)
Total dos passivos financeiros	(167.147)			(7.354)		(9.192)		(11.031)		(5.515)		(3.677)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(5.913)		(1.478)		(2.956)		1.478		2.956

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

		Controladora										
		Cenários										
	Exposição 31/12/2018	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações	16.139	Aumento CDI	6,40	1.033	8,00	1.291	9,60	1.549	4,80	775	3,20	516
Total dos ativos financeiros	16.139			1.033		1.291		1.549		775		516
Passivos financeiros - Finame	(3.453)	Aumento TJLP	6,98	(241)	8,73	(301)	10,47	(361)	5,24	(181)	3,49	(120)
Passivos financeiros - Capital de Giro	(139.071)	Aumento CDI	6,40	(8.901)	8,00	(11.126)	9,60	(13.351)	4,80	(6.675)	3,20	(4.450)
Total dos passivos financeiros	(142.523)			(9.142)		(11.427)		(13.712)		(6.856)		(4.570)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(8.109)		(2.027)		(4.054)		2.027		4.054
		Consolidado										
		Cenários										
	Exposição 31/12/2019	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros – Aplicações	33.335	Aumento CDI	4,40	1.467	5,50	1.833	6,60	2.200	3,30	1.100	2,20	733
Total dos ativos financeiros	33.335			1.467		1.833		2.200		1.100		733
Passivos financeiros – Finame	(1.690)	Aumento TJLP	4,77	(81)	5,96	(101)	7,16	(121)	3,58	(60)	2,39	(40)
Passivo de arrendamento	(8.582)	Aumento IPCA	4,31	(370)	5,39	(462)	6,47	(555)	3,23	(277)	2,16	(185)
Passivos financeiros - Capital de Giro	(169.046)	Aumento CDI	4,40	(7.438)	5,50	(9.298)	6,60	(11.157)	3,30	(5.579)	2,20	(3.719)
Total dos passivos financeiros	(179.319)			(7.889)		(9.861)		(11.833)		(5.916)		(3.944)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(6.421)		(1.605)		(3.211)		1.605		3.211

Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

		Consolidado										
		Cenários										
	Exposição 31/12/2018	Risco	Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações	16.510	Aumento CDI	6.40	1.057	8.00	1.321	9.60	1.585	4.80	792	3.20	528
Total dos ativos financeiros	16.510			1.057		1.321		1.585		792		528
Passivos financeiros - Finame	(3.453)	Aumento TJLP	6.98	(240)	8.73	(301)	10.47	(361)	5.24	(181)	3.49	(120)
Passivos financeiros - Capital de Giro	(147.398)	Aumento CDI	6.40	(9.433)	8.00	(11.792)	9.60	(14.150)	4.80	(7.075)	3.20	(4.717)
Total dos passivos financeiros	(150.851)			(9.674)		(12.093)		(14.512)		(7.256)		(4.837)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(8.618)		(2.154)		(4.309)		2.154		4.309

Fonte: As informações do CDI foram extraídas da base da Cetip e a TJLP retirado da Receita Federal, todas essas com a data-base do último dia útil de cada exercício.

Contrato de pagamentos líquidos ou similares

O Grupo contrata operações de derivativos com base em contratos padrão da Associação Internacional de Swaps e Derivativos (AISD) que prevêem pagamentos líquidos. Em geral, com base nesses contratos, os direitos e obrigações de cada contraparte em um mesmo dia em relação a todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único montante líquido que é pago por uma parte para a outra. Em certas circunstâncias, por exemplo, quando um evento de crédito tal como inadimplência ocorre, todas as transações em aberto sob esse contrato são encerradas, o valor da liquidação é apurado e um único montante líquido é pago para liquidação de todas as transações.

Tais contratos da AISD não atendem aos critérios para compensação de saldos no balanço patrimonial. Isso porque atualmente o Grupo não possui nenhum direito legal atualmente executável para compensar os montantes reconhecidos, porque o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito. A tabela abaixo indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

Instrumentos derivativos cambiais: A exposição cambial da Companhia refere-se às operações da controladora e das controladas. Os valores abaixo compõem o saldo de *Notional* apresentado acima:

Modalidade	Contraparte	Em dólares 2019	Em dólares 2018
SWAP Cambial	Banco do Brasil S.A.	1.340	1.240
SWAP Cambial	Banco Citibank S.A.	4.833	3.000
SWAP Cambial	Banco Itaú Unibanco S.A.	2.395	7.112
SWAP Cambial	Banco Bradesco S.A.	4.428	475
SWAP Cambial	Banco Votorantim S.A.	340	2.010
		<u>13.337</u>	<u>13.836</u>
Modalidade	Contraparte	Em euros 2019	Em euros 2018
SWAP Cambial	Banco do Brasil S.A.	1.668	2.085
SWAP Cambial	Banco Itaú Unibanco S.A.	5.805	2.085
		<u>7.473</u>	<u>2.085</u>

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para negociação e são classificados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”. no ativo e passivo circulante.

Operações em aberto

	Controladora	
	2019	2018
Ativo circulante		
<i>Swap cambial</i>	<u>3.165</u>	<u>2.792</u>
	<u>3.165</u>	<u>2.792</u>
Passivo circulante		
<i>Swap cambial</i>	<u>1.660</u>	<u>1.868</u>
	<u>1.660</u>	<u>1.868</u>

	Consolidado	
	2019	2018
Ativo circulante		
Swap cambial	3.165	2.845
	<u>3.165</u>	<u>2.845</u>
Passivo circulante		
Swap cambial	1.724	3.056
	<u>1.724</u>	<u>3.056</u>

(v) **Gerenciamento de capital**

A gestão de capital da Companhia e de suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. Também há foco no incremento do valor do negócio a longo prazo tanto para os acionistas, como para empregados e clientes, com objetivo de manter a sustentabilidade dos resultados através de crescimento constante.

A Companhia busca gerir seus recursos a fim de assegurar adequada remuneração de seu capital e equilíbrio financeiro. Para tal é realizado o planejamento e análise dos investimentos, despesas, receitas, resultados, dívidas, entre outras variáveis.

A dívida da Companhia e de suas controladas para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Gestão de capital				
Total do passivo	229.951	229.229	241.688	239.553
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(36.163)</u>	<u>(17.286)</u>	<u>(37.234)</u>	<u>(18.415)</u>
(=) Dívida líquida ajustada	<u>193.788</u>	<u>211.943</u>	<u>204.454</u>	<u>221.138</u>
Total do patrimônio líquido (b)	<u>213.420</u>	<u>169.090</u>	<u>218.004</u>	<u>170.372</u>
Relação dívida líquida ajustada sobre capital ajustado (a/b)	0,91	1,25	0,94	1,30

33 Informações por segmento

A Companhia e suas controladas operaram os seguintes segmentos reportáveis durante este ano (i) Fertilizantes Foliares e Produtos Industriais; (ii) Micros de solo; (iii) Produtos Biológicos e (iv) Condicionadores de Solo e Organominerais. Os segmentos estão alinhados com os produtos e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia, sendo os resultados operacionais e financeiros revistos regularmente pelo Conselho de Administração, sobre o qual este conduz a sua tomada de decisões. A administração determinou que o Conselho de Administração é o CODM. O CODM recebe e revisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros dos negócios e toma decisões estratégicas sobre a adoção

de estratégias de tecnologia e marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada.

Nenhum cliente individualmente ou de forma agregada foi responsável por mais que 10% das receitas líquidas da Companhia.

Os ativos e passivos, as despesas gerais e administrativas, as outras receitas (despesas), líquidas, o resultado financeiro e o imposto de renda e a contribuição social são analisados de forma conjunta e, por isso, não estão sendo apresentados por segmentos de negócio.

Os resultados por segmento são demonstrados a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019				
	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
Receita líquida	247.727	92.723	65.829	25.614	431.954
Custo dos produtos vendidos	(160.854)	(83.815)	(14.332)	(17.978)	(276.978)
Resultado segmentado	86.934	8.909	51.497	7.636	154.976
Despesas com vendas	-	-	-	-	(34.606)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	(5.520)
Despesas administrativas e gerais	-	-	-	-	(48.326)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	(47)
Financeiras líquidas	-	-	-	-	(5.809)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(2.554)
Lucro líquido	-	-	-	-	58.114

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018				
	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
Receita líquida	290.506	86.646	46.101	29.036	452.289
Custo dos produtos vendidos	(193.214)	(74.188)	(10.324)	(19.543)	(297.269)
Resultado segmentado	97.292	12.458	35.777	9.493	155.020
Despesas com vendas	-	-	-	-	(37.905)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	690
Despesas administrativas e gerais	-	-	-	-	45.858)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	(3.403)
Financeiras líquidas	-	-	-	-	(6.113)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(18.279)
Lucro líquido	-	-	-	-	44.152

A receita líquida de cada segmento, por área geográfica, é demonstrada a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019					
	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
São Paulo	76.891	9.943	8.912	4.104	99.850
Mato Grosso	42.024	24.140	18.885	3	85.052
Minas Gerais	28.549	6.285	6.391	14.503	55.729
Goiás	35.750	8.280	9.612	12	53.654
Bahia	14.491	27.661	2.084	1.603	45.839
Rio Grande do Sul	8.723	5.064	2.949	13	16.750
Paraná	8.331	1.291	4.534	19	14.174
Mato Grosso do Sul	4.883	3.630	3.109	33	11.655
Pará	5.456	840	3.708	-	10.004
Maranhão	6.434	961	963	43	8.401
Exterior	2.113	1.851	1.186	-	5.150
Outros estados	14.083	2.803	3.537	5.274	25.697
	247.727	92.750	65.870	25.608	431.954

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018					
	Fertilizantes foliares e Produtos Industriais	Micros de solo	Produtos Biológicos	Condicionadores de Solo e Organominerais	Total
São Paulo	115.849	11.552	4.989	5.588	137.978
Mato Grosso	44.748	23.517	11.175	-	79.440
Minas Gerais	26.373	3.737	4.051	16.010	50.170
Bahia	15.099	29.124	1.685	1.279	47.187
Goiás	32.984	4.587	7.509	196	45.276
Paraná	17.334	867	4.772	55	23.027
Rio Grande do Sul	7.958	4.021	1.950	37	13.966
Mato Grosso do Sul	6.538	1.947	2.043	26	10.555
Espírito Santo	1.818	222	552	5.389	7.982
Pará	5.199	162	2.499	-	7.860
Exterior	3.523	1.967	481	-	5.971
Outros estados	13.084	4.943	4.395	456	22.877
	290.506	86.646	46.101	29.036	452.289

O total de ativo imobilizado por segmento é demonstrado abaixo:

	2019	2018
Fertilizantes foliares e produtos industriais		
	52.394	48.314
Micros de Solo	7.974	7.513
Produtos biológicos	26.608	7.044
Condicionadores de solo e Organominerais	<u>6.309</u>	<u>6.077</u>
	93.285	68.348
Ativos não segmentados	<u>690</u>	<u>530</u>
	93.975	68.878

34 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas apresentam as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura em reais	Vigência
Empresarial	127.000	dez/19 a dez/20
Risco de engenharia	63.650	jun/19 a mai/20
Responsabilidade civil geral	15.000	dez/19 a dez/20
Responsabilidade civil D&O	10.000	jul/19 a jul/20
Aeronáutico – Responsabilidade do explorador ou transporte aéreo – RETA	1.184	set/19 a set/20
Transporte nacional	1.000	jul/19 a jul/21
Frota	100% Tabela FIP	set/19 a set/20

Modalidade	Cobertura em dólares	Vigência
Aeronáutico (casco)	11.210	set/19 a set/20
Transporte internacional	500	abr/20 a abr/21

35 Eventos subsequentes

a. Aquisição de subsidiária – Vitória Fertilizantes S.A.

Em 06 de agosto de 2020 a Companhia celebrou contrato de compra de 75% da participação acionária da Vitória Fertilizantes S.A., companhia mineira de fertilizantes organominerais a base de resíduos orgânicos localizada na cidade de Patos de Minas-MG. A aquisição é parte da estratégia de crescimento do Grupo.

(i) Composição do preço pago

O preço de aquisição está demonstrado a seguir:

Composição do Preço Pago	R\$
Preço de Aquisição	10.514

(ii) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

Em milhares de Reais	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	426
Contas a receber (*)	13.357
Estoques	8.337
Adiantamento a fornecedores	199
Impostos a recuperar	826
Outros créditos	180
Investimentos	234
Direito de uso	3.552
Imobilizado	9.475

Intangível (**)	7.023
Fornecedores e outras contas a pagar	(4.237)
Passivo de arrendamento	(3.552)
Empréstimos e financiamentos	(16.461)
Obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias	(186)
Adiantamentos de clients	<u>(5.529)</u>
Ativos identificáveis e passivos, líquido	13.644

(*) O valor bruto da conta a receber é de R\$ 14.562.

(**) O valor de R\$ 7.023 refere-se ao valor justo da carteira de clientes e marcas e patentes, conforme laudo técnico de avaliação a valor justo desses ativos, emitido por ocasião da aquisição da Vitória Fertilizantes S.A. A vida útil estimada de marcas e patentes é 10 anos e da carteira de clientes 5 anos. A amortização é reconhecida nas despesas administrativas e gerais.

Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos

Técnica de avaliação

Valor de reposição: É o investimento necessário à aquisição de novos bens, idênticos ou com características e capacidades semelhantes aos bens existentes (objetos da avaliação), indicando-se quanto valeriam caso fossem executados novamente, mantendo sua concepção original.

Valor de mercado: voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigente. Esse valor leva em consideração o tempo normal de absorção do ativo pelo mercado, sendo caracterizado pelas premissas e informações coletadas, além de Normas Técnicas específicas e vistorias “*in loco*” do ativo. O valor a ser apresentado não representa o valor efetivo de negociação, devendo ser assumido como valor de mercado referencial. O valor efetivo de negociação é estabelecido caso a caso em um mercado livre de compra e venda.

Vida útil remanescente: É o período de tempo esperado em que um bem prestará seu serviço designado de maneira satisfatória, tanto de forma econômica como funcional.

Depreciação física: Parcela da depreciação devida ao desgaste de componentes em consequência de sua utilização, desde o momento em que o bem esteve pronto para entrar em operação até a data da avaliação.

Market Approach: ativos similares na data de avaliação. Conforme definido pelo CPC 46 e IFRS 13, este método utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos – como, por exemplo, um negócio – idêntico ou comparável (ou seja, similar).

Estoques

Contas a receber

Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de

	caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.
Direito de uso	Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.
Empréstimos e financiamentos	Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.
Fornecedores	Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.
Adiantamento de clientes	Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.
Passivo de arrendamento	Fluxo de caixa descontado: Essa metodologia tem como fundamento a estimativa, a valor presente, dos fluxos de caixa futuros gerados por um ativo ou do fluxo de pagamentos de um passivo.

Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

(iii) Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

<i>Em milhares de reais</i>	R\$
Preço de aquisição de controlada	10.514
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida	3.411
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(13.644)
Ágio	<u>281</u>

(iv) Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 262 referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Os valores foram registrados como “Despesas administrativas e gerais” na demonstração de resultado.

b. Incorporação de ações da subsidiária Biovalens S.A.

Em 30 de outubro de 2020 foi realizada a transformação do tipo jurídico da subsidiária Biovalens de sociedade limitada para sociedade por ações e também foi realizada a incorporação

da totalidade das suas ações pela Companhia, com a preservação da personalidade jurídica da subsidiária, de modo que essa se torne subsidiária integral da Companhia, na forma do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações.

Após a Incorporação de Ações, o capital social da Companhia passará a ser representado por 128.443.072 (cento e vinte e oito milhões, quatrocentas e quarenta e três mil e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas:

Acionistas	31 de outubro de 2020	
	Ações	
	Quantidade	Percentual
WFR Participações Ltda.	43.397.193	33,78%
FGR Participações Ltda.	43.397.234	33,79%
Brasil Sustentabilidade FIP	36.091.639	28,10%
Henrique Monteiro Ferro	2.345.370	1,83%
Edgar Zanotto	2.345.370	1,83%
Alexandre del Nero Frizzo	866.266	0,67%
	<u>128.443.072</u>	<u>100,00%</u>